PROJECTO DE PESQUISA - ACÇÃO

PROCESSOS DE DEMOCRATIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM ANGOLA E NA ÁFRICA AUSTRAL

RELATÓRIO DE PROGRESSO 2004/2009

FEUC Faculdade de Economia Universidade de Coimbra

Universidade Católica de Angola

WAGENINGEN UNIVERSITEIT WAGENINGEN UR

centro de estudos sociais FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

christian aid

Koninkrijk der Nederlanden

Oxfam Novib

ICCO Partner to enterprising people

adra-angola.org

ADRA - ACÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL E AMBIENTE

Relator e Editor:
Nuno Vidal
© Universidade de Coimbra, Universidade Católica de Angola
e Universidade de Wagenningem

Comité Científico do Projecto:
Nuno Vidal (CES – FEUC)
Justino Pinto de Andrade (UCAN)
Thea Hilhorst (Wageningen University

Comité Consultivo do Projecto:
Patrick Chabal (King's College London)
José Manuel Imbamba (UCAN)

Publicação:
Media XXI / Editora Firmamento
Luanda, Bruxelas & Lisboa, Novembro de 2009

Cópia electrónica deste relatório por ser obtida em
www.ces.uc.pt/conferenciaangola2009

Cópia impressa deste relatório pode ser obtida através dos endereços:
firmamentoencomendas@gmail.com
angola.confere@gmail.com

Design:
Elsa Pereira

DL:
.....

ISBN:
978-989-96447-0-0

PROJECTO PESQUISA-ACÇÃO

PROCESSOS DE DEMOCRATIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM ANGOLA E NA ÁFRICA AUSTRAL

RELATÓRIO DE PROGRESSO 2004/2009

ÍNDICE

Introdução e Sumário **2**

I

Primeira Conferência Internacional e Primeiro Livro: O Processo de Transição para o Multipartidarismo em Angola – Luanda 2004 ..... **3**

Pontos Focais dos Painéis da Primeira Conferência – Luanda, Agosto, 2004 ..... **4**

Primeiro Livro: O Processo de Transição para o Multipartidarismo em Angola **15**

II

Segunda Conferência Internacional e Segundo Livro: Sociedade Civil e Política em Angola, enquadramento regional e internacional - Luanda 2008 ..... **16**

Pontos Focais dos Painéis da Segunda Conferência – Luanda, Agosto 2008 ..... **17**

Segundo Livro: Sociedade Civil e Política em Angola, Enquadramento Regional e Internacional **45**

III

Terceira Conferência Internacional e Terceiro Livro: *Southern Africa - Civil Society,Politics and Donor Strategies*, Bruxelas 2009 ..... **47**

Pontos Focais dos Painéis da Terceira Conferência – Bruxelas, Novembro, 2009 .. **47**

Terceiro Livro: *Southern Africa: Civil Society, Politics and Donor Strategies* **47**

INTRODUÇÃO E SUMÁRIO

O presente relatório surge enquadrado num processo de investigação, reflexão e publicação sobre democratização e desenvolvimento em Angola e na África Austral, iniciado em Setembro de 2004 pela Universidade Católica de Angola e pela Universidade de Coimbra, tendo resultado em três conferências internacionais (Luanda, Agosto de 2004; Luanda, Setembro de 2008; Bruxelas, Novembro de 2009) e na publicação de três livros: *O Processo de Transição para o Multipartidarismo em Angola* (Luanda 2006, 2007 & 2008); *Sociedade Civil e Política em Angola, Enquadramento Regional e Internacional* (Luanda 2008 & 2009); *Southern Africa: Civil Society, Politics and Donor Strategies,* África Austral: Sociedade Civil, Política e Estratégia dos Doadores (Bruxelas 2009).

Tratando-se de um projecto de longo prazo, não só académico-científico, mas igualmente de activismo e advocacia cívica, as duas Universidades, em conjunto com a Universidade Holandesa de Wageningen, que entretanto se juntou ao processo, decidiram levar a discussão e a reflexão a um dos principais centros doadores internacionais – o Parlamento Europeu em Bruxelas – organizando nova conferência e novo livro, alargando o âmbito para incluir a análise das estratégias dos doadores, *Southern Africa: Civil Society, Politics and Donor Strategies* (Bruxelas, Parlamento Europeu, 17 de Novembro 2009).

A metodologia adoptada neste processo (conferências e livros), pretende estimular uma alargada discussão, reflexão e acção em torno dos temas em análise, congregando não só nem principalmente académicos, mas também membros das chamadas Organizações da Sociedade Civil – OSC, e seus activistas, para além de políticos, membros de Igrejas e vários outros intervenientes, cujo contributo se considere relevante para a discussão.

Como forma de enquadramento e apoio aos trabalhos da nova conferência internacional de Bruxelas, os organizadores consideraram ser importante elaborar o relatório de progresso deste já longo projecto, dando especial realce aos assuntos discutidos nas duas últimas conferências de Luanda.

Da análise dos painéis das conferências de 2004 e 2008 podemos encontrar vários problemas que se mantêm enquanto constrangimentos graves à acção da sociedade civil e ao processo de democratização e desenvolvimento: constrangimentos à actuação dos *media* pelo poder político; deficiências do sistema de justiça, na defesa e respeito pelos direitos humanos; autoritarismo; debilidades várias nas relações com as organizações da comunidade internacional; gestão clientelar do sistema político e seu impacto negativo no desenvolvimento equilibrado e no acesso equitativo aos recursos do Estado. De igual modo, surpreendentemente, ou não, notamos também grande semelhança entre os problemas encontrados a estes níveis em Angola e em vários dos países da região Austral analisados na segunda conferência (de 2008), apelando à necessidade de intensificação de estudos comparados entre os sistemas político-económicos da região Austral.

O projecto prosseguirá em 2010 com duas novas publicações, uma primeira dedicada à análise dos processos eleitorais em Angola, efectuada pelos políticos participantes naqueles processos e nas duas legislaturas, uma segunda dedicada às política económicas adoptadas e ao seu impacto no desenvolvimento na região Austral. Em 2011 realizar-se-á uma quarta conferência internacional numa das províncias do Sul de Angola ou em Moçambique, para discutir os processos de descentralização na África Austral – processos, perspectivas e resultados.

Este relatório está dividido em três partes, correspondendo cada uma delas às três conferências internacionais e aos três livros publicados, abordando os pontos focais de cada evento e respectiva publicação.

Primeira Conferência Internacional e Primeiro Livro: O Processo de Transição para o Multipartidarismo em Angola – Luanda, Agosto de 2004

O primeiro evento público deste projecto ocorre com a organização em Luanda da conferência internacional sobre *O Processo de Transição para o Multipartidarismo em Angola*, realizada nas instalações da Universidade Católica de Angola no Kinaxixi nos dias 19 e 20 de Agosto de 2004, tendo contado com uma assistência de cerca de 300 pessoas nos dois dias. A conferência estruturou-se em torno de seis painéis principais, dedicados aos temas e problemas que na altura se consideravam mais pertinentes. Um primeiro painel abordou o "enquadramento histórico e cultural", sendo que os restantes abordaram questões contemporâneas como "o processo de transição política em Angola", a "sociedade civil", as relações com a "comunidade internacional" e um tema particularmente sensível naquela época, a futura "constituição, ordenamento político-administrativo e eleições gerais". Os trabalhos decorreram de forma participativa com debates vivos entre palestrantes e entre estes e a audiência, sempre num clima de tolerância e respeito por opiniões contrárias.

A conferência constituiu um primeiro grande marco de discussão aberta e alargada em Angola sobre temas politicamente sensíveis, contando com a participação de vários representantes de partidos políticos (incluindo os dois maiores partidos – MPLA e UNITA), numa altura em que o país estava a sair de uma longa guerra civil e a reorganizar-se para a preparação de novos processos eleitorais que conduzissem à regularização e legitimação democrática das instituições. Para além dos palestrantes, estiveram presentes na conferência convidados de vários países, nomeadamente EUA, UK, Holanda e França.

PONTOS FOCAIS DOS PAINÉIS DA PRIMEIRA CONFERÊNCIA - LUANDA 2004[1]

Síntese do Primeiro Painel - Enquadramento histórico e cultural

MODERADOR: Justino Pinto de Andrade (UCAN)
PRELECTORES: Douglas Wheeler (University of New Hampshire), Almerindo Jaka Jamba (UNITA) e Ruy Duarte de Carvalho (Universidade Agostinho Neto).

Justino Pinto de Andrade – Angola multi-étnica e multicultural

- Angola é efectivamente um Estado multi-étnico e multicultural. De um ponto de vista étnico e sócio-cultural nenhum grupo poderá chamar a si primazias históricas para apelar a legitimidades hegemónicas. Somos, também, sujeito e objecto do actual processo de globalização. Somos palco de migrações regionais (para dentro e para fora do território) e dos mais diversos fluxos de informação. Daí que se tornará uma verdadeira utopia pretendermos, por exemplo, definir uma Identidade Nacional única e perfeita, quer a partir das afiliações identitárias tradicionais (baseadas numa «memória» social), quer como resultado da rejeição ou assimilação de elementos alienígenas.
- A Nação Angolana que se pretende construir deverá partir da constatação e da aceitação da realidade histórica e bastante complexa que possuímos, adoptando, por isso, políticas de identidade para a promoção da diversidade étnica, cultural, religiosa e racial que somos.
- As grandes desigualdades sociais e regionais que se verificam constituem o principal alimento de sentimentos de rejeição, que por seu lado contribuem para a emergência de nacionalismos ideológicos, de consequências imprevisíveis. O desenvolvimento económico e social será um dos pilares mais importantes para a criação do Estado-Nação, esbatendo paulatinamente as enormes diferenças a que hoje assistimos e que podem colocar em risco esse grande objectivo.

Douglas Wheeler – Déficit de pesquisa sobre o nacionalismo

- Ainda está por fazer muita análise sobre as raízes históricas do nacionalismo angolano - o mais antigo nacionalismo africano na África central-ocidental em termos da literatura publicada em jornais.

Jaka Jamba – Políticas culturais e linguísticas

- Angola, país pluri-étnico e multicultural, apresenta uma grande diversidade cultural, étnica, linguística, racial e religiosa. Esta diversidade, longe de

[1] Na impossibilidade de apresentar aqui a totalidade das intervenções nos diversos painéis, apresenta-se um resumo da responsabilidade do editor e relator, correspondendo aos aspectos que julgou mais relevantes de nota nas diferentes intervenções. Do programa constou igualmente uma mesa redonda moderada por Nicholas Shaxson (Chatam House) e composta por Christine Messiant (École dês Hautes Études en Sciences Sociales - Paris), São Vicente (AAA-serviços financeiros) e Carlinhos Zassala (Universidade Agostinho Neto). Não foi possível incluir aqui as intervenções das sessões de perguntas e respostas por não existir registo audio das mesmas.

constituir um obstáculo à construção da Nação Angolana e à afirmação da identidade, é uma herança valiosa que deve ser preservada e dignificada.

- No entanto, no capítulo da identidade cultural, um dos grandes problemas que se tem levantado ao longo da História de Angola é o da formulação de políticas culturais e linguísticas apropriadas para a preservação das afirmações identitárias do mosaico cultural e linguístico e para a sua inserção na modernidade.

Ruy Duarte de Carvalho – Deficits de democracia

- Certos discursos falam de liberdade democrática como se se tratasse de devolver ao povo uma liberdade perdida. Creio que não perderíamos nada em admitir, que essa liberdade democrática invocada hoje, nunca existiu antes no seio das sociedades a partir das quais se constituiu a sociedade angolana. E quanto à memória recente, àquela que decorre das experiências vividas pelas gerações em presença, o que temos vivido é antes uma cultura de guerra, de violência e de sobrevivência.
- Ainda há em Angola gente a sobreviver em muito más condições e abundam os terrenos em que a mais desmunida argúcia política reconhecerá alguns dos nossos maiores défices: Estado, administração, fome, pobreza, saúde, cultura, educação.

Síntese do Segundo Painel - Processo de transição política em Angola

MODERADOR: Vicente Pinto de Andrade (UCAN)
PRELECTORES: Christine Messiant (École dês Hautes Études en Sciences Sociales - Paris), Michel Cahen (Centre d'Étude d'Afrique Noire – Bordeaux), e Filomeno Vieira Lopes (FpD).

Vicente Pinto de Andrade – Eleições como base de democracia sustentável

- O actual sistema político-partidário angolano é tributário do sistema político estruturado no regime de partido único, assente em bases marxistas-leninistas, quer no plano dos objectivos, quer no plano da organização e funcionamento do poder político, o qual apelava explicitamente, na própria Lei Fundamental, para o monopólio do MPLA e a sua liderança institucional.
- Se é certo que hoje não existem dúvidas de que o multipartidarismo é um instrumento fundamental da democracia, não é menos certo que relativamente às regras do edifício democrático ainda há muito a fazer, esperando-se que as próximas eleições autárquicas, legislativas e presidenciais, venham a criar as bases necessárias para uma democracia sustentável.

Christine Messiant – Poder hegemónico em multipartidarismo

- O desenlace da guerra sob a forma de uma vitória militar fez com que o país chegasse à situação em que se encontra hoje, a essa «paz que estamos com

ela». Com efeito, a vitória permitiu ao governo evitar processos formais de negociação, enveredando por uma negociação bilateral opaca com uma UNITA derrotada. O sucesso político é considerável: o poder mantém-se sozinho nos comandos do Estado, encontrando-se, por falta de transição formal, em posição de marginalizar as forças políticas ou civis que se poderiam inscrever nessa transição, de neutralizar, assim, não só a UNITA, mas o conjunto do campo político. A paz pode ser sistematicamente orientada para a consolidação e legalização do seu domínio e para o objectivo de alcançar uma vitória eleitoral bastante ampla que permita consolidar ainda mais e de modo duradouro a sua hegemonia.

- Houve, sim – excepto em Cabinda, onde a política de neutralização militar destinada à supressão política é levada a cabo no silêncio internacional –, progressos essenciais para as populações, ligados ao simples facto da paz e ao decréscimo da arbitrariedade massiva e da sujeição à morte e à fome, dando finalmente, pelo menos, uma possibilidade de reconstituir condições mínimas de vida. E houve, claro, mudanças: no discurso do regime, nalguns meios de actuação e em certas práticas. O poder já não pode dar a imagem dum partido-Estado todo-poderoso. Tem interesse em conciliar o apoio da comunidade internacional e a imagem do seu Presidente como «arquitecto da paz».
- Mas estas mudanças não vão impedir que a democracia continue ausente enquanto se prolonga a captação massiva de recursos nacionais por uma pequena minoria à cabeça do país; tão-pouco vão impedir que seja reforçado o domínio do poder partidário sobre o Estado e sobre a sociedade, que a política governamental continue a escapar à *accountability*, que se obstrua a legalidade democrática e os direitos dos cidadãos. A economia política não vai sofrer mudanças essenciais, nem nas bases de apropriação da riqueza nacional, nem nos seus modos de redistribuição, nem tão-pouco na prática do regime e na utilização que é feita das instituições democráticas.
- O que aconteceu realmente em Angola foi a reconversão de um poder ditatorial de partido único em poder hegemónico autoritário adaptado ao multipartidarismo, mas onde a democracia e a legalidade são ao mesmo tempo utilizadas e ignoradas, contornadas e violadas num e por um sistema político real, uma economia política que assegura o domínio de uma oligarquia ligada pelo cordão umbilical a um poder arbitrário e predador, cuja legitimidade é de natureza clientelista, não democrática. O novo capitalismo angolano não é liberal, caracterizando-se antes pelo contrário, pela extrema interferência do poder político na afectação das posições de acumulação e na possibilidade real, para os vários cidadãos, de desenvolver as suas riquezas.

Michel Cahen – Necessidade de democracia e pluralismo em África

- Há duas questões cuja resposta positiva considero como dado adquirido:
  – precisa África de democracia?
  – precisa a democracia de pluralismo?
- As sociedades africanas como quaisquer outras são historicamente plurais e as

pessoas precisam de poder discutir e decidir do seu futuro. Isto não implica em nada um mimetismo para com a Europa, mas implica que a problemática democrática é, a longo prazo, uma questão central para as sociedades africanas.

- Há este «perigo» de a verdadeira democratização se ter de confrontar com potentes factores e actores em sentido contrário. Mas, mais cedo ou mais tarde, essas potencialidades, não só de pluralismo mas também de pluralidade, encontrarão vias e meios de se exprimirem.

Filomeno Vieira Lopes – Gestão do poder político inibe o desenvolvimento

- A consolidação do poder em Angola tem estado na relação inversa do desenvolvimento económico, sendo o não desenvolvimento o resultado final da gestão do poder. Ou, por outras palavras, a gestão do poder conduziu a uma ausência de desenvolvimento económico.
- A experiência de muitos países africanos diz-nos que um poder assente no neo-patrimonialismo é incapaz de promover o desenvolvimento de acordo com a dimensão que lhe atribuímos no sentido moderno do termo. Tal cenário explica, pois, a inconsequência do processo de transição político-económica que se pretende realizar em Angola depois do fim do sistema de partido único. Mais ainda, dentro de uma tal lógica o sentido do debate político aberto e o próprio desafio eleitoral (únicos garantes do pluralismo) estão à partida desvirtuados no seu espírito; o seu objectivo deixa de ser o de alterar a natureza do poder, mas antes legitimá-lo na posse dos seus habituais detentores.
- Em Angola, a liberalização política e económica tem-se traduzido na afectação dos recursos públicos e da riqueza do país para benefício pessoal e de manutenção do poder por parte de uma bem identificada camada da sociedade, recorrendo-se à utilização de mecanismos neo-patrimonialistas e clientelistas sustentados em práticas de predação dos bens públicos.

Síntese do Terceiro Painel - Sociedade civil

MODERADOR: Benjamim Castello (Jubileu 2000, Angola)
PRELECTORES: Fernando Pacheco (ADRA-Angola), João Paulo N'Ganga (Jornal Folha 8), Jorge Eurico (AJPD) e Cristina Salvador (Universidade Técnica de Lisboa).

Benjamim Castello – Sociedade civil forte para Estado forte

- A sociedade civil é o parente pobre deste país que se chama Angola e isso reflecte-se na qualidade da nossa classe política e do nosso Estado. Não pode haver um estado forte sem uma sociedade civil forte. É a sociedade civil que cria os alicerces de um estado forte. Como é que podemos construir um estado forte se saímos quase todos de uma sociedade civil fraca? O governante de hoje é o cidadão comum de ontem. Sendo que este mesmo cidadão comum de ontem saiu de uma sociedade civil fraca, o que podemos esperar dele como governante de hoje ou como estadista de amanhã?

Fernando Pacheco – Factores limitadores das OSC

- Agrada-me que esta conferência trate da transição para o multipartidarismo e não para a democracia, pois não significam a mesma coisa. No meu entendimento, a transição para o multipartidarismo é um passo – a par de outros – para a construção da democracia.
- Em Angola não existe, em termos genéricos, uma cultura democrática e isso está patente no funcionamento dos partidos políticos, do aparelho de Estado e das organizações da sociedade civil. Tal situação é resultado do peso da nossa história: a nossa cultura de raiz não é verdadeiramente democrática; as lideranças dos movimentos de libertação nacional não tinham referências democráticas (nem em Portugal, nem nos países vizinhos, nem nos países do leste europeu onde muitos dos líderes estudaram); vivemos quase todo o século XX sob regimes totalitários, primeiro fascista e depois leninista.
- É verdade que numa sociedade tão fustigada pela guerra e por governações totalitárias e autoritárias – incluindo a do passado colonial –, por pressões e incidências externas (políticas, económicas e de todo o tipo), e sem tecido empresarial com significativo peso na economia e na política, seria muito difícil imaginar uma sociedade civil forte. Todavia, para a fragilização da sociedade civil angolana contribuem vários factores que a ela são externos e que importa ter em linha de conta:

1. O peso da história;
2. O peso do petróleo e o seu papel na corrupção e na erosão das elites (que governo vai ceder a pressões dos cidadãos se não precisa deles para as receitas fiscais e para o Orçamento Geral do Estado?);
3. Os meios de comunicação social, que ignoram as realidades e as realizações da sociedade civil e suas organizações, e que não investigam os processos sociais que se desenrolam no País;
4. A maioria dos intelectuais angolanos de maior renome que, com as devidas excepções, não entendem a importância e o novo papel da sociedade civil a nível universal, e desvalorizam a sociedade civil angolana, considerando-a parasita das ajudas externas, afastando-se desse modo das lutas políticas e sociais que os cidadãos vão protagonizando na sua tentativa de afirmação da cidadania e não compreendem a dimensão dessas lutas;
5. Alguns segmentos das esferas internacionais (Governos, Agências, ONG) que impõem as suas agendas (ambiente, género, HIV/SIDA, transparência, boa governação, direitos humanos, democracia, corrupção) sem terem em conta as nossas próprias agendas e, sobretudo, os nossos ritmos, e daí a ideia das resistências que conduzem, em alguns casos, ao bloqueio de iniciativas locais; não se preocupando com a investigação e com o conhecimento da realidade.

João Paulo N'Ganga – Comunicação social com liberdade limitada

- Volvidos mais de dois anos sobre o memorando do Luena temos infelizmente de constatar que o país continua nos dias de hoje a ser basicamente Luanda, onde se concentra o grosso da distribuição da imprensa (estatal e privada) e onde está sedeada a Rádio Ecclesia, cujas ambições de expansão para além da capital continuam a ser coarctadas pelo poder governamental.
- Um pouco a exemplo do modelo colonial de desenvolvimento, o litoral (i.e. Luanda, Benguela e Lubango), encontra-se beneficiado no acesso à informação, em relação ao interior. Dos três grandes meios de comunicação social que se conhecem – a televisão, a rádio e os jornais – os jornais são, do ponto de vista da população, residuais: só para termos uma noção, o único diário que existe no país, o Jornal de Angola, tem uma tiragem de 20 mil exemplares para uma população de 12/13 milhões de pessoas; portanto, se pensarmos que há oito jornais semanários privados, que têm uma tiragem média de 8 a 9 mil exemplares, verificamos quão limitado é o seu alcance. Na prática o que ainda se verifica é a manutenção de um quase-monopólio estatal em termos de produção e controlo dos meios de difusão da informação.
- Existe hoje no exterior a percepção errónea de que em Angola a comunicação social é plural, o que de facto não acontece. Independentemente do que está legislado, o que existe de facto é uma "licença de expressão" e não uma "liberdade de expressão" ou de imprensa; sabendo nós - dos órgãos privados de comunicação social - que essa licença tem uma validade e caducidade, podendo a qualquer momento ser revogada sem qualquer aviso prévio. O país vive de licenças várias para que um modelo democrático possa existir *de jure* ainda que não exista *de facto*.
- Provavelmente ainda fruto do anterior regime de partido único, que teima em não desaparecer efectivamente, temos uma comunicação social controlada e restringida. De um lado, temos a comunicação social do Estado, género propaganda, dominada pelo maniqueísmo do partido no poder, onde a crítica e a formulação de ideias novas é impedida de forma sub-reptícia ou mesmo de forma clara e por vezes coerciva; de outro lado, temos os órgãos de comunicação privados que procuram não assimilar o discurso oficial do partido-Estado e os dogmas por ele destilados, mas que não raras vezes continuam a ser apelidados de antipatrióticos. De referir ainda, que entre os meios de comunicação estatais e privados existem por vezes alguns vasos comunicantes, que derivam não só das constantes tentativas de ingerência por parte do partido no poder ao nível dos meios privados, como também do limitado número de jornalistas no mercado Angolano. Este facto torna-se por vezes um obstáculo à emancipação dos meios privados.

Jorge Eurico – Sistema de justiça precário

- É sobejamente conhecido que temos um sistema judicial precário e prenhe de deficiências, algumas das quais resultam do anacronismo de grande parte das leis estruturantes da Justiça angolana, nomeadamente, o Código Penal,

o Código de Processo Penal, a Lei do Sistema Unificado de Justiça e a Lei da Prisão Preventiva, só para citar alguns exemplos. Que democracia e Estado de Direito queremos, com um sistema Judicial tremendamente debilitado?

- A sociedade civil tem o direito de participar politicamente na vida do País, de contribuir, de criticar, de denunciar e de pressionar o Governo ali onde for necessário. Do mesmo modo, o Governo tem o dever de interagir com os cidadãos interessados. O importante é que ergamos uma cultura verdadeiramente democrática e respeitadora do Direito.
- Podemos, sem receio de errar, afirmar que a participação da sociedade civil angolana está a ser essencial para o lançamento dos gérmenes necessários para a democracia; está a ser necessária para debelar o acentuado défice de democraticidade que os órgãos de soberania e os partidos políticos comportam.
- De facto, não é possível esperar que a consolidação democrática parta de instituições eivadas de práticas antidemocráticas. É preciso igualmente que os partidos políticos correspondam muito mais: não vamos ter um país democrático, se estes não cultivarem internamente a democracia.

Cristina Salvador – Problema de urbanismo nas cidades de Angola

- A dimensão do problema habitacional nas cidades Angolanas pode ser avaliada pela enorme extensão dos seus bairros periféricos de ocupação informal e as habitações arruinadas ou de construção precária nas zonas mais centrais das cidades. Esta situação reflecte a grande carência de habitação para a população de menores recursos e a permanente ausência de uma pronta e clara resposta do Estado.
- Um olhar sobre a cidade de Luanda confirma a coexistência de sistemas formais e informais de distribuição e comercialização de terrenos e de casas, onde se misturam a lei do mercado, a lei costumeira e as práticas burocráticas relacionadas com a lei vigente. Podemos verificar nalguns bairros mais recentes e mais periféricos, a coexistência da instalação de famílias que construíram a sua habitação com o dinheiro recebido no "mercado de chaves", com famílias recém-chegadas que pagaram a elementos da comissão de moradores a "distribuição" de um talhão de terreno pela sua "condição de deslocados", enquanto nalguns bairros mais antigos ainda persiste a lei costumeira que regulariza a subdivisão dos talhões ou novas localizações.
- Em todas as cidades o mercado informal de terrenos e de casas é intenso, mas o Estado mantém-se alheio a estas transacções. Esse alheamento condena à "ilegalidade" áreas consideráveis das cidades, onde escasseia a capacidade local, individual, familiar ou comunitária, de intervir ao nível da legalização da ocupação.
- Dirigindo agora o nosso olhar para os bairros mais periféricos verificamos que a inexistência de cadastro e a imprecisão generalizada do registo de propriedade e da posse, favorece ocupações incontroladas. As questões que mais afectam e condicionam quem habita nestas áreas podem ser incluídas em dois grandes grupos de problemas: 1) o direito à habitação e à segurança da

sua manutenção; 2) o acesso aos serviços básicos e infra-estruturas.

- Analisando estes problemas podemos avaliar até que ponto eles estão sedeados no exterior das comunidades e são de âmbito puramente administrativo, reflectindo o desinvestimento institucional que põe perigosamente em jogo o futuro das cidades.

Síntese do Quarto Painel - Comunidade internacional

MODERADOR: Gerald Bender (University of Southern California)
PRELECTORES: Paulo Teixeira Jorge (MPLA), Arvind Ganesan (Human Rights Watch) e Manuel Paulo (Middlesex Business School, London).

Gerald Bender – Diplomacia do gabinete presidencial

- A diplomacia Angolana ainda é, em grande parte, conduzida a partir do gabinete presidencial e não do Ministério das Relações Exteriores, facto que tem muitas repercussões, nem sempre positivas, e que limitaram o alcance das actividades diplomáticas no exterior e inibiram o investimento externo no país.
- A presença da comunidade internacional tem crescido fortemente numa área em particular – as ONGs.

Paulo Teixeira Jorge – Dinamização da diplomacia económica

- O futuro das relações de Angola com a Comunidade Internacional deverá ser visto no âmbito do reforço das relações políticas e diplomáticas e na dinamização da diplomacia económica, a qual permitirá a Angola dar a conhecer os seus esforços internos que se estão a realizar no quadro do desenvolvimento económico e social e as oportunidades de negócio para o Estado, para as empresas multinacionais e outros parceiros que serão fundamentais para o desenvolvimento sustentável de Angola.
- Uma acção mais dinâmica da diplomacia angolana ao nível das Organizações Internacionais e Regionais, o reforço das relações de cooperação bilateral ou multilateral com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa –CPLP–, com a União Europeia e com os demais Estados, muito particularmente com aqueles que influenciam a política internacional, poderá contribuir para um melhor posicionamento de Angola no concerto das nações e para um desenvolvimento económico e social que corresponda às justas e legítimas aspirações do Povo angolano.

Arvind Ganesan – Má gestão de receitas

- Angola possui riquezas naturais que lhe permitem tornar-se num modelo de desenvolvimento. No entanto, a opacidade das receitas e gastos do governo angolano tem gerado preocupação entre as instituições financeiras multilaterais, ONGs, empresas e governos, bem como dentro da própria Angola, sobre a imensa má gestão dessas receitas.

- O nível de má gestão é extremamente preocupante. Discrepâncias "inexplicáveis" entre 1997 e 2002 somam um total de cerca de 4.2 biliões de dólares americanos, uma média anual de 703 milhões de dólares, equivalentes a cerca de 9,25% do PIB.
- Durante o mesmo período, o total de gastos sociais do governo foi de cerca de 3.6 biliões de dólares – cerca de 600 milhões de dólares a menos do que o total de dinheiro desaparecido. Cerca de um milhão de angolanos dependem da assistência internacional como seu único meio de sobrevivência. No total, cerca de 3.7 milhões de angolanos dependem de algum tipo de assistência internacional. No entanto, os 4.2 biliões de dólares que desapareceram são apenas 55 milhões de dólares a menos do que o total gasto pelo governo, as Nações Unidas e a maior parte das agências internacionais humanitárias para responder às dramáticas necessidades humanitárias do país.
- A falta de transparência e a má gestão tiveram um impacto extremamente negativo sobre o bem-estar da população do país. Aproximadamente 70% dos angolanos vive numa situação de pobreza e o país encontra-se no 164.º lugar da lista de 175 países que integram o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2003.
- Alguns passos foram dados para melhorar a transparência quando o governo e o FMI iniciaram um acordo em 2000. Esse acordo incluía um estudo, conhecido como o Diagnóstico do Petróleo, para monitorizar as receitas de petróleo, de forma a determinar aa quantias depositadas no banco central e a criar um modelo para o governo poder monitorizar com exactidão essas receitas. Lamentavelmente, o acordo com FMI não conduziu a um programa formal devido ao fracasso do governo angolano em implementar várias das medidas apresentadas e aos desacordos surgidos entre as duas partes.
- O Governo terá de publicar de forma consistente auditorias, registos financeiros da dívida, receitas de petróleo e gastos, de forma a assegurar o máximo de transparência. Talvez o mais importante seja a necessidade da sociedade angolana exercer um escrutínio constante sobre a forma como o governo utiliza os fundos. Este é um passo fundamental, e decisivo, para o processo de transição de Angola.

Manuel Paulo – Política externa acima de interesses individuais

- Perante os problemas, denúncias e acusações constantes nos relatórios da Global Witness e da Human Rigths Watch, governos e cidadãos ocidentais perderam a confiança nas autoridades angolanas.
- Com a paz é urgente formular uma política externa virada para o objectivo da reconstrução nacional, que seja bem fundamentada em termos de informação e pesquisa, que seja inclusiva e que defenda os interesses do Estado Angolano acima dos interesses individuais.

Síntese do Quinto Painel - Constituição, ordenamento político-administrativo e eleições gerais

MODERADOR: Adérito Correia (UCAN)
PRELECTORES: Bornito de Sousa (MPLA), Abel Chivukuvuku (UNITA), Luís do Nascimento (FpD) e Lindo Bernardo Tito (PRS).

Bornito de Sousa – Aprovação do quadro jurídico-constitucional é prioritária

- No caso de Angola devemos debater frontalmente e definir um figurino constitucional que melhor possa servir os interesses de organização e do funcionamento adequado do Estado e da sociedade; os modelos clássicos devem ser meras referências e não padrões a copiar.
- A questão de fundo da constituição e das eleições não é meramente cronológica. Se fosse, até se poderiam organizar eleições já amanhã. A questão de fundo é: estabelecemos primeiro as regras (entenda-se "Constituição") e depois vamos ao jogo ou, pelo contrário, começamos primeiro o jogo (entenda-se "eleições") e só depois definimos as regras? A primeira opção parece mais sensata, pelas garantias que dá de estabilidade e segurança a todos os actores políticos, económicos e sociais, ao povo em geral e em especial à juventude, quanto ao futuro pós-eleitoral. Se existem planos em que se mostra vital buscar consensos nacionais, estes são, em primeiro lugar, o jurídico-constitucional e o das garantias político-institucionais, económicas e sociais.
- É importante lembrarmo-nos que a pressa nem sempre é a melhor maneira de se chegar mais cedo e em melhor estado. Já em 1992 a UNITA exigia eleições em apenas 6 meses e é conhecido o funesto resultado. E na conhecida fábula popular, não foi a previsível lebre quem chegou primeiro à meta…

Abel Chivukuvuku – Diálogo constitucional participativo

- O diálogo político constitucional deve ser inter-partidário e com a efectiva participação de organizações da sociedade civil de reconhecida e inquestionável reputação, para que a decisão final reflicta a vontade do maior segmento possível dos actores políticos, económicos, sociais e profissionais do nosso País.
- É meu desejo que deixemos de ser um país que hesita em tornar-se efectivamente democrático e onde perdura a lei do mais forte. Espero que deixemos de ser um país potencialmente rico, povoado maioritariamente por cidadãos pobres, sedimentado em assimetrias crescentes entre o litoral e o interior e caminhemos rumo ao desenvolvimento e ao progresso. Espero ansiosamente que deixe de pairar sobre nós a caracterização e o estigma de termos um regime político assente no clientelismo, no compadrio e na corrupção. Acredito sinceramente neste sonho de realizar o nosso destino de real convivência e prática democráticas e bem-estar social. De o realizarmos nós próprios e no nosso tempo.

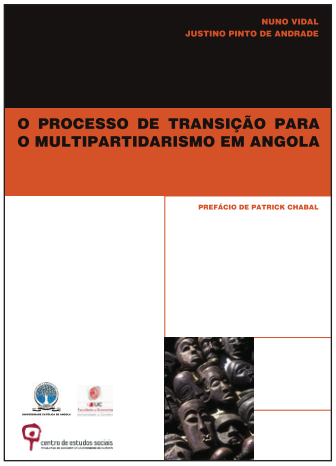
Luís do Nascimento – Legislatura esgotada sem aprovação da constituição

- A passagem do regime de partido único ao regime do multipartidarismo, ou a transição do constitucionalismo mitigado para o constitucionalismo precário, não deu lugar a uma verdadeira transição da "ditadura democrática revolucionária" à democracia pluralista.
- Isto porque com o retomar da guerra, depois da crise eleitoral de 1992, o processo de transição para a democracia foi imediatamente suspenso. Apenas se foram guardando as aparências naquilo que não incomodando o poder servia a sua legitimação exterior, isto é, junto à Comunidade Internacional. O regime autocrático usa e abusa da chamada legitimidade democrática do "vencedor das eleições", procurando confundir a democracia com a simples ditadura da maioria. No essencial, o regime de partido único não mudou, mas as transformações formais (eleições de 1992, parlamento, governo de maioria parlamentar, Lei Constitucional formalmente democrática, etc.) são aproveitadas como instrumento legitimador da ordem democrática ditatorial.
- A consequência dessa marcha-atrás foi o desvalorizar da democracia e a banalização da própria Assembleia Nacional, bloqueando toda e qualquer Constituinte. Assim, foi esgotada a legislatura da Assembleia Nacional sem que ela tenha decidido e concretizado o exercício das suas competências de revisão constitucional e aprovação da Constituição da república de Angola.

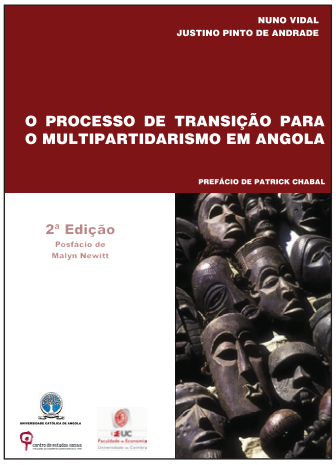
Lindo Bernardo Tito – Estado federal

- Em Angola, inegavelmente, as nações primárias são os pilares da formação do actual Estado, tal como os municípios na Europa. Esta base do nosso Estado não pode ser ignorada nos estudos ou estratégias de descentralização. Vozes há que levianamente e para desvirtuar a pertinência do tema, recorrem ao epíteto tribalista ou regionalista. Esta visão redutora afasta a possibilidade de, nesta fase da transição, poderem ser exploradas as várias formas de descentralização do nosso Estado que efectivamente representem a vontade multi-nacional.
- Existem no seio de parte da classe política angolana, desejos insaciáveis de servir-se do poder estadual e não servir o interesse do povo e é neste sentido que vemos a defesa de uma descentralização simulada e não efectiva. Em África, infelizmente, os líderes pensam que a concentração de poderes é sinónimo de hegemonia e prestígio pessoal.
- Acabar com poderes excessivos de que Luanda dispõe, acabaria, por um lado, com o uso indevido dos recursos públicos em proveito dos que detêm o poder político, e por outro lado, asseguraria a realização local dentro da sua especificidade.
- O PRS defende a descentralização em Angola, apoiada numa perspectiva política aliada à democracia, à coabitação harmoniosa dos povos de Angola e ao desenvolvimento social equilibrado das regiões. Fiéis ao nosso programa político sufragado nas eleições de 1992, defendemos um Estado Federal com seis Estados Federados.

PRIMEIRO LIVRO: O PROCESSO DE TRANSIÇÃO PARA O MULTIPARTIDARISMO EM ANGOLA

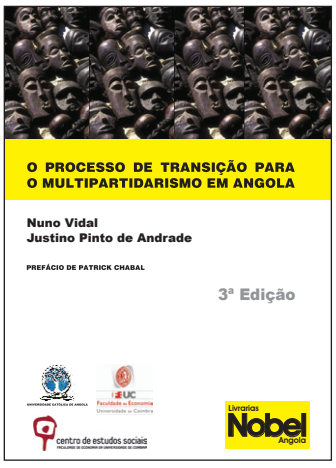


Na sequência da conferência foi organizado um livro (de 375 páginas) que assumiu o mesmo título da conferência e seguiu de perto a sua estrutura. Os autores foram na sua maioria os palestrantes da conferência, embora a eles se tivessem juntado outros cujo contributo se julgou necessário à análise dos temas. A obra foi primeiramente lançada em Luanda a 31 de Maio de 2006, tendo posteriormente sido realizado um lançamento em Lisboa, na Fundação Cidade de Lisboa em 22 de Junho de 2006, transmitida em directo para os países Africanos lusófonos pela RDP-África, seguindo-se uma discussão pública na Casa de Angola a 6 de Julho de 2006. A demonstrar o sucesso do livro estão as suas 3 edições (Abril 2006, Maio 2007 & Setembro 2008).



Aos textos apresentados pelos diversos autores na conferência de Luanda juntaram-se alguns textos seleccionados de dois painéis que Nuno Vidal organizou sobre Angola, três meses mais tarde, no encontro anual da *African Studies Association – ASA* em New Orleans (11 a 14 de Novembro de 2004) e que foram inseridos nos capítulos desta obra de acordo com a temática neles abordada.

A obra foi estruturada em seis capítulos. O capítulo I é composto pelos textos dos editores do livro – Nuno Vidal (FEUC) e Justino Pinto de Andrade (UCAN), fazendo o enquadramento do tema central da obra. O capítulo II assume um carácter eminentemente histórico-cultural, sendo apresentado e comentado por Justino Pinto de Andrade e contando com as contribuições de Douglas Wheeler (University of New Hampshire), Jaka Jamba (UNITA), Ruy Duarte de Carvalho (Universidade Agostinho Neto), João Batista Lukombo Nzatuzola (Universidade Agostinho Neto) e Alberto Oliveira Pinto (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa). O capítulo III debate a questão d'O processo de transição política em Angola, sendo apresentado e comentado por Vicente Pinto de Andrade (UCAN) e integrando os textos de Christine Messiant (École dês Hautes Études en Sciences Sociales - Paris), Michel Cahen (Centre d'Étude d'Afrique Noire – Bordeaux), Filomeno Vieira Lopes (FpD) e Jean-Michel Mabeko Tali (Howard University).



O capítulo IV trata da questão da Sociedade Civil em Angola. Apresentado e comentado por Benjamim Castello (Jubileu 2000 Angola), contém os textos de Fernando Pacheco (ADRA), João Paulo N'Ganga (Jornal Folha 8), Jorge Eurico (AJPD), Mónica Rafael (CES-FEUC), Aline Afonso Pereira (ISCTE), Cristina Salvador (Universidade Técnica de Lisboa) e Cristina Rodrigues (ISCTE). O capítulo V diz respeito à relação de Angola com a comunidade internacional. Apresentado e comentado por Gerald Bender (University of Southern Califórnia), conta com a participação de Paulo Teixeira Jorge (MPLA), Arvind Ganesan (Human Rights Watch) e Manuel Paulo (Middlesex Business School, London). O último capítulo do livro – VI – aborda os temas que dominavam a agenda de todos os partidos políticos na altura – a constituição, o ordenamento político-administrativo e as futuras eleições gerais. Apresentado e comentado pelo professor e jurista Angolano Carlos Feijó (UCAN), o capítulo reúne as contribuições de Bornito de Sousa (MPLA), Abel Chivukuvuku (UNITA), Luís do Nascimento (FpD) e Lindo Bernardo Tito (PRS).

II Segunda Conferência Internacional e Segundo Livro: Sociedade Civil e Política em Angola, Enquadramento Regional e Internacional - Luanda 2008

O projecto prosseguiu com a organização de uma nova conferência internacional em Luanda em 7 e 8 de Agosto de 2008, cerca de um mês antes das eleições legislativas, tendo em vista a discussão da relação entre sociedade civil e política, enquadrando o caso Angolano no contexto regional e internacional, tendo para isto contado com a presença de palestrantes e convidados vindos da região Austral, nomeadamente Botswana, Zâmbia, Zimbabwe, África do Sul, Namíbia, República Democrática do Congo e Moçambique, para além de outros que vieram da Europa e dos EUA.

As especificidades do caso Angolano foram analisadas em painéis como "OSC, direitos humanos e política", "Género, juventude e sociedade civil", "*Media* e desenvolvimento sócio-político", "Igrejas e desenvolvimento sócio-político-económico", "responsabilidade social das empresas" e mesa redonda de discussão em torno da "Conferência Angolana da Sociedade Civil". O enquadramento regional foi tratado em dois painéis, o primeiro dedicado à África do Sul, Namíbia e Botswana, o segundo abordando os casos de Moçambique, Zâmbia e Zimbabwe. O enquadramento internacional foi analisado num painel dedicado às relações entre a sociedade civil e a comunidade internacional (doadores e ONGs internacionais).[2]

Em simultâneo à conferência foi lançado o segundo livro do projecto com um título idêntico à conferência e contando com a participação de vários autores da região Austral para além de autores Angolanos, Europeus e Americanos.

Uma vez mais a conferência e o livro – *Sociedade Civil e Política em Angola, Enquadramento Regional e Internacional* – assumiram-se como marcantes num momento histórico particularmente importante para Angola – a época de campanha eleitoral rumo às eleições legislativas (as primeiras depois da paz), que viriam a decorrer em 5 de Setembro de 2008. A conferência foi bastante participada com grande afluência de público (cerca de 300 pessoas) e tendo contado com a transmissão integral e em directo da Rádio Ecclesia (ao longo dos dois dias), podendo também ser escutada em qualquer parte do mundo através do site de Internet daquela rádio, num precioso apoio dado pelo seu Director Maurício Camuto.

[2] A mesa redonda relacionada com o processo da "conferência Angolana da sociedade civil" não será aqui abordada por constar de um extenso relatório elaborado no início de 2009, acessível em www.ces.uc.pt/conferenciaangola2009.

PONTOS FOCAIS DOS PAINÉIS DA SEGUNDA CONFERÊNCIA - LUANDA, AGOSTO 2008[3]

Síntese da prelecção de abertura - A revolução Angolana em retrospectiva e prospectiva[4]

Professor John Marcum (University of California)

- Angola emergiu em 2002 de uma dominação colonial opressora que foi o culminar em quatro décadas de um conflito anti-colonial e civil devastador. Tratou-se de uma história claramente desfavorável para o desenvolvimento com sucesso de uma sociedade civil vibrante e democrática. Compreender e ultrapassar as características deste passado é extremamente importante para os esforços de construção de um sistema político novo, justo e livre.
- O Estado colonial apoiou-se no trabalho forçado, na polícia secreta, no limitado acesso à educação e no fechamento das fronteiras para isolar e preservar um império anacrónico. Sob pressão acabou por ceder ao investimento externo da Gulf Oil na exploração de petróleo e à crescente comercialização internacional do café, algodão e minérios.
- Portugal negou às suas colónias as reformas do pós segunda Grande Guerra, que noutros locais levaram muitas das colónias africanas à independência nos anos sessenta. Como consequência, Angola enfrentou a devastação humana e física inerente a um levantamento guerrilheiro, sem experimentar os ainda que breves benefícios de exposição a valores e práticas democráticas derivados do aparecimento e crescimento de diversas instituições cívicas, culturais, religiosas e educacionais, que precederam as transições, mais ou menos pacíficas, para a independência nos territórios britânicos e franceses. Não existiam jornais independentes, instituições de ensino superior como as que existiam em Dakar, Ife, Legon and Makerere. Cerca de 80 a 90% da população era analfabeta.
- Desde o início, os movimentos nacionalistas Angolanos espelhavam a realidade dicotómica de duas Angolas. Existia a Angola das comunidades urbanas e costeiras e, em certa medida, das zonas agrícolas dos planaltos centrais, que incorporavam uma significativa influência Portuguesa. O seu centro era a "sociedade central" de Luanda com uma elite assimilada e mestiça e um alcance burocrático que se estendia à vizinha região Kimbundu. Foi de entre os profissionais educados e insatisfeitos desta sociedade central que o MPLA retirou a sua liderança formadora.
- A outra Angola era a das sociedades rurais tradicionais ou "tributárias", do interior, constituídas essencialmente por camponeses e pastores etnicamente diversos. Foi esta Angola mais tradicional que gerou os movimentos de libertação de carácter etno-regional que competiram com o MPLA pela ascendência e liderança durante a luta anti-colonial. De relevo para as lutas

[3] Na impossibilidade de apresentar aqui a totalidade das intervenções nos diversos painéis, apresenta-se um resumo, tanto das apresentações dos prelectores como da audiência na sessão de perguntas e respostas. A selecção de intervenções é da responsabilidade do editor e relator, correspondendo aos aspectos que julgou mais relevantes de nota nas diferentes intervenções.
[4] Este texto inclui também algumas ideias constantes da entrevista que o Prof. Marcum concedeu ao *Novo Jornal* em Luanda por altura da conferência – *Novo Jornal* (edição 30, 15 de Agosto de 2008).

contemporâneas de criação de uma nova sociedade civil em Angola devemos reter que cada um dos movimentos estava intimamente associado a Igrejas e escolas de missões protestantes.

- Falando na conferência da UCLA sobre África Lusófona em 1976, Lawrence Henderson da *United Church Board for World Ministries* afirmava que: "No passado, as igrejas protestantes constituíram os principais fóruns onde os Angolanos podiam expressar as suas aspirações e objectivos. Jogaram um papel semelhante ao das igrejas Negras nos EUA no século após a Guerra Civil. A selecção e preparação de líderes Angolanos era primeiramente função de comunidades Cristãs. Serviços de saúde, educação e assistência social para africanos eram organizados através de instituições Cristãs." Henderson não poderia imaginar o fervor com que o movimento da sociedade central que chegou ao poder em 1975-76 actuaria, colocando em prática as características de um modelo histórico típico das fases iniciais de um regime revolucionário.
- Seguiram-se duas décadas de violência com a retirada e reconstrução da UNITA nas matas do Sudoeste com apoio Sul-Africano. O país foi devastado com dezenas de milhar de amputados resultantes de minas, milhares de mortos civis e vagas de deslocados e desalojados de guerra, procurando refúgio e protecção em favelas urbanas, lotadas e miseráveis.
- Durante o extenso trauma do conflito anti-colonial e civil existiram pelo menos duas conjunturas em que uma atempada e judiciosa intervenção internacional – Americana em particular – poderiam proporcionar uma acomodação racional entre os protagonistas da sociedade central e etno-regional.
- A primeira surge aquando do colapso da ordem colonial em 1974. Em vez de recorrer à diplomacia preventiva para angariar apoios a coberto dos esforços colectivos das Nações Unidas para salvar um frágil governo de coligação entre os três movimentos, os EUA optaram pela habitual lógica da guerra-fria. Intervieram unilateralmente em apoio das forças "anti-comunistas" da "segunda Angola" e canalizaram ajuda dissimulada para a FNLA. A oportunidade perdeu-se seguindo-se uma intervenção convulsiva das forças sul-africanas a que se acrescentou a chegada de uma força expedicionária Cubana, actos que inviabilizaram uma solução negociada. Uma descuidada e mal informada intervenção americana produziu exactamente o resultado que era suposto ter evitado, um governo MPLA em que o vencedor fica com tudo "winner-take-all".
- Uma segunda possibilidade para uma reconciliação política pressionada pelo exterior surge por altura das eleições de 1992. Os EUA e outros actores principais fracassaram em insistir que as Nações Unidas (UNAVEM) impusessem um compromisso de desarmamento e fusão das forças do MPLA e UNITA num único e neutro exército antes das eleições. Não existiu igualmente a criação de condições para a eleição de instituições de governação regional e local. Em conjunto estes fracassos garantiram que o partido que perdesse as eleições considerasse como muito provável que a sua sobrevivência dependeria do regresso à opção militar. As vitórias eleitorais da UNITA no seu reduto Ovimbundu e a menos expressiva vitória eleitoral da FNLA no Norte Bakongo acabaram por se reduzir a nada.

- A década de conflito que se seguiu às eleições de 1992 constituiu um prolongamento do pesadelo da tragédia angolana. Prolongou igualmente a clivagem social e perpetuou os ódios da guerra. Com a morte de Savimbi e o fim da guerra civil em 2002, Angola emergiu para uma nova era pós-conflito lavada em petro-dólares. O rendimento do petróleo cresceu enormemente desde a fase inicial em que ajudara a financiar as ambições coloniais portuguesas nos anos 60. No entanto, paradoxalmente, este instrumento burguês tornou o país vulnerável a uma nova e diferente aflição, a "Doença Holandesa". Tal como a Holanda de outrora dependeu excessivamente e imprudentemente de um único factor, o finito gás natural do mar do Norte, em detrimento de procurar uma economia com um desenvolvimento mais equilibrado, Angola entrou na era pós-conflito dependente de petro-dólares. Ficou então inevitavelmente sujeita à sua influência corruptora na vida económica e política. A cómoda e fácil dependência da riqueza gerada pelo petróleo encorajou, os Angolanos da sociedade central que a controlam, a negligenciar a agricultura e o mundo rural, facto que levou a um sério declínio naquele que foi em tempos o sector fundamental da economia para a maioria dos Angolanos.
- Mas podem os custos sociais da ganância egoísta, associados à doença Holandesa, provocar a resposta de um activismo eficaz por parte de cada vez mais conscientes e organizadas associações civis? Em conjunto com a assistência de organizações governamentais e não governamentais, poder-se-á gerar uma crescente consciência cívica e pressionar para persuadir a plutocracia do petróleo a prestar contas e a encetar reformas?
- Com o rendimento do petróleo a crescer exponencialmente e a economia mundial a depender do petróleo por muitos anos, os recursos financeiros para educar e criar uma emergente e capaz sociedade civil existem, a questão está em canalizá-la de forma responsável e criativa. Poderá esta riqueza ser utilizada para curar as feridas da história? Serão as escolas e universidades, organizações comunitárias seculares e religiosas, os *media* e uma nova geração de Angolanos pós-conflito, capazes de libertar o país de uma história de divisões e destruições e abrir o caminho para uma sociedade civil livre e florescente? Essa é a questão que hoje se vos coloca.
- Na conferência de Accra, em 1958, os delegados estavam muito optimistas em relação à capacidade de África de instituir regimes verdadeiramente democráticos e de evitar guerras civis. Ninguém esperava este subdesenvolvimento e autoritarismo. Mas não havia tradição de oposição e os governos europeus, sobretudo o português, não desenvolveram a capacidade analítica das populações. Mas se olharmos em jeito de retrospectiva para os anos em que estive em Angola (1962, 1984, 1992, e agora), diria que algumas coisas estão a avançar de uma forma muito construtiva, que o tempo vai curar as feridas, e que a educação se vai expandir. Os seres humanos querem ser livres, e é isso que vai prevalecer. Mas não será fácil.
- Quando o vencedor concentra em si todo o poder, não governa com compromisso político e não é tolerante com outros pontos de vista. A democracia passa por um trabalho conjunto entre todas as partes. O poder absoluto cor-

rompe totalmente. A questão está em saber até que ponto o sistema educativo e político angolano promove o pensamento crítico e dá espaço às pessoas para assumirem responsabilidades e falarem directamente com o poder. A guerra acabou. Esta é uma oportunidade da juventude levar o processo para a frente. Construir verdadeiros sistemas democráticos demora muito tempo, e não há um que seja perfeito. Há que lutar contra todas as adversidades.

Síntese do Primeiro Painel - OSC, direitos humanos e política

MODERADOR: Justino Pinto de Andrade (UCAN)
PRELECTORES: Francisco Simão Helena (Gabinete de Cidadania e Sociedade Civil do MPLA), Fernando Macedo (AJPD) e Carlos Figueiredo (ADRA).

Francisco Simão Helena – OSC não se devem confundir com actividade político-partidária

- Estou aqui em representação do gabinete de cidadania e sociedade civil do MPLA.
- Estamos num sistema democrático emergente por todos os factores que nós aqui conhecemos e obviamente e também a SC é emergente, está em fase de organização consolidação e esta conferência vem conquistar um espaço que lhe é devido para desempenho da função que lhe cabe na sociedade. As OSC são organizações parceiras do governo e deve-se reconhecer o seu papel na melhoria dos Direitos Humanos, embora tenhamos de reconhecer que muito tem de se fazer neste domínio.
- As OSC não são partidos políticos, não perseguem fins políticos, o seu objectivo não é o derrube do partido no poder, porém penso que as OSC ainda têm um longo caminho a percorrer para na sua actividade não serem confundidas com actividade político-partidária. Em todo o caso devo realçar o papel de charneira e de galvanizador, a sua função social dedicada à vida pública, dando voz àqueles que querem desempenhar um papel de cidadania fora dos partidos políticos. As OSC ampliam a voz do povo face ao que se passa na sociedade, são organizações de equilíbrio, de consolidação do poder democrático e liberdade de expressão.

Fernando Macedo – SC pode e deve fazer política

- Do meu ponto de vista e do ponto de vista legal a SC pode e deve fazer politica e os Direitos Humanos são necessariamente política. A política tem duas dimensões: a primeira é a conquista e manutenção do poder; a segunda é a influência do exercício do poder politico. A Constituição de Angola defende a democracia liberal representativa e participativa e portanto o lugar para a segunda dimensão referida.
- Quando somos confrontados com OSC e indivíduos que questionam a maneira como o partido no governo exerce o poder delegado pelo povo, aí come-

çam os problemas da nossa confusão politica e mentalidades autoritárias, que querem convencer o povo de que não tem capacidade de participar e de fazer politica por via da sociedade civil.

- Quais os desafios da comunidade politica? É clarificarmos esta questão de que a SC pode e deve fazer politica, com a ressalva de que aqueles que têm outras ambições assumam isso claramente. Não devemos utilizar as OSC para servirem de trampolim para a política.
- A SC (aqui estou a discordar do Simão Helena) pode sim bater-se contra um partido ou fazer campanha contra um partido ou um Presidente da República, isso está consagrado na constituição como direito. Qualquer sociedade democrática tem de ter crítica permanente e se as OSC e os seus líderes não estiverem de acordo com um determinado partido ou líder podem fazer campanha contra eles.
- Direitos Humanos é politica, fazer politica com responsabilidade, nós na SC podemos ser responsabilizados politica e criminalmente, mas a democracia é liberdade de expressão e de escolha, temos o direito de fazer campanha contra aqueles que exercem o poder politico.

Carlos Figueiredo – Moderação na confrontação com poderes públicos

- Entre nós ao falar da relação da sociedade civil com o poder político identificamos 2 campos: de um lado as organizações que praticam uma cultura interna democrática, fazem desenvolvimento organizacional para que os membros ganhem consciência de grupo e capacidade de liderança; do outro lado, as organizações onde o poder é exercido de forma autocrática, com pouca transparência, pouca legitimidade e poder exercido na base do interesse pessoal. Existem muitos indivíduos na SC que apenas querem ganhar notoriedade e serem cooptados.
- A forma como gerimos o poder no nosso seio determina a capacidade de influência do poder político. Tenho vivido na ADRA uma liderança forte (sabe o que quer) que ao mesmo tempo cria espaços de participação que permitem o surgimento de novas lideranças. Na ADRA observei uma postura de moderação na confrontação de poderes públicos e hoje vejo a importância dessa posição no sentido de criar um ninho protegido onde novos activistas cresceram e ganharam força para depois questionarem o poder de forma construtiva e responsável que provoquem mudanças de longo prazo.
- É importante a SC exercer o poder de uma forma democrática no seu próprio seio na perspectiva de criar músculo para outras lutas numa escala mais difícil e abrangente.

Perguntas/Comentários:

Landu Kama:
A demarcação entre sociedade civil e política é muito ténue e há esta dificuldade em saber quando já se passou de um lado ao outro e isso cria medo aos poderes estabelecidos.

Victor Barbosa:
Devo dizer ao Dr. Pinda Simão que assumir-se como SC é um acto de cidadania e portanto um acto político. Hoje deveríamos falar de educação cívica para o exercício da cidadania global, em Angola deveríamos lutar por direitos e não regalias. O cidadão deveria delegar o poder mas não a soberania.

Elias Isaac:
Hoje senti um certo conforto em relação aos ataques que sofremos o ano passado; gostaria de perguntar ao Simão Helena até que ponto a SC angolana está a ser enfraquecida com o surgimento de vários órgãos do partido no poder que são os comités de especialização de profissionais, que estão a esvaziar a sociedade desta capacidade e deste conhecimento e de intelectuais, contribuindo para vermos sempre a sociedade civil como fraca, sem recursos humanos. Ao Fernando Macedo gostaria de perguntar se não vê perigos no envolvimento político-partidário da sociedade civil, tendo em conta os exemplos do Quénia e África do Sul onde membros da SC começaram a integrar o governo e defensores dos DH passaram a violadores dos DH?

Alfredo Soares Ferreira:
gostaria de saber a opinião dos oradores acerca da independência das OSC face aos financiamentos do Estado e externos?

Tina Abreu:
Gostaria de reter a questão da necessidade de autonomia das OSC e da atribuição do estatuto de utilidade pública que daria o direito a ter acesso a fundos públicos (recursos públicos, de todos) mediante critérios transparentes e legais. Gostaria igualmente de saber qual o papel do gabinete de cidadania, que o Dr. Simão Helena aqui representa, no âmbito dessa relação de mediação/parceria de que falou, tratando-se de uma organização partidária e na qual não tenho percebido qualquer criação de oportunidades e espaços para discussão com a sociedade no seu sentido mais amplo?

Figueiredo Mateus:
Quando o Carlos Figueiredo falava da capacidade de intervenção das organizações falou do caso da ADRA, mas gostaria que falasse também do FONGA, a minha preocupação em relação ao FONGA é que as suas lideranças não são democráticas, surgem sempre de um grupo étnico e não existem eleições há vários anos.

Não identificado:
Nos últimos tempos de pré-campanha eleitoral temos assistido a um fenómeno de corrupção, aliciamento ou promiscuidade político-religiosa entre partido no poder e Igrejas. As campanhas radiofónicas e televisivas do MPLA têm sido apresentadas por jornalistas da televisão e rádio públicas. Acham isto salutar para a democracia?

Respostas:

Simão Helena:
Quanto aos Comités de especialidade, isso depende da estratégia politica de cada partido. Eu entendo-os como grupos técnicos a que o partido recorre para ir buscar subsídios (contribuições) sobre determinadas matérias. Quando me refiro a parcerias quero dizer que cabe à SC exercer o papel de articular na divulgação, esclarecimento, conhecimento e formação para galvanizar e catapultar a sociedade numa forma mais abrangente do que os partidos políticos. A respeito da intervenção política acredito que as OSC têm direito a um papel de intervenção política, não são organizações político-partidárias, mas têm espaço de intervenção politica.

Carlos Figueiredo:
Parece-me agora que está a ser feito um estudo quanto ao desempenho da SC patrocinado pela UTCAH, em que as OSC que não estão a ter bom desempenho devem fechar. Esta visão manipuladora é negativa. Quanto à corrupção, se os engenheiros, arquitectos e advogados dos comités de especialidade, assim como membros de Igrejas, se colocam à venda, então o problema não se pode imputar somente ao comprador. Há um problema interno da própria SC que tem de ser assumido. Quanto ao FONGA, é uma estrutura que não representa bem o conjunto das ONGs angolanas, não por culpa do secretariado que lá está, mas por culpa dos tais que se deixam ser mal representados e, pior, nem sequer querem discutir o assunto, depois não se pode dizer que é o poder que está a manipular, têm de assumir a sua quota de responsabilidade. A respeito da questão de financiamento e autonomia, se as organizações não forem assentes nos seus membros (e temos pouco disso) e estiverem assentes no financiamento não vão ser autónomas, a menos que tenham bons doadores que não imponham condições políticas (e são poucos). Se todos os cidadãos se empenharem no voluntariado para as OSC isso dá-lhes uma certa autonomia, temos muitas OSC dependentes dos financiadores.

Fernando Macedo:
Os líderes das OSC que sejam corruptos vão ser decantados pelo próprio mercado da sociedade civil. Concordo que não podemos continuar a ter os *media* públicos a destruir o espaço público ao serem instrumentalizados pelo partido no poder. Da relação entre SC e política partidária devemos ter consciência de onde vêem os líderes políticos dos EUA - vêem da vida cívica, como o próprio Obama que foi um activista dos direitos civis e políticos. O que acontece na relação entre os partidos políticos e as OSC é que em princípio quem se aliar a um partido político vai perder credibilidade e ser julgado e avaliado pela opinião pública.

Síntese do Segundo Painel - Género, juventude e sociedade civil

MODERADOR: Julião Afonso (PAANE)
PRELECTORES: Idacy Ferreira (ADRA), Henda Ducados (Fundo de Apoio Social - FAS), Augusto Makembo (EISA) e Maria de Assunção (UCAN).

Idacy Ferreira – Associações comunitárias reforçam a democracia

- Temos (ADRA) estudado as associações comunitárias em quatro municípios da província de Benguela e consideramos que esta forma associativa tem um potencial de contributo extremamente positivo para a construção da democracia em Angola.
- No início da década de 90 e ainda hoje, quando se fala em sociedade civil fala-se essencialmente de ONGs e no aspecto de prestação de serviços de muitas delas. No entanto é importante notar que do trabalho das ONGs surgiu ao longo dos anos um outro tipo de capital social, criando uma dinâmica de participação nas comunidades e dando origem a associações de base, uma dinâmica ainda muito pouco investigada.
- As associações que temos vindo a estudar constituem grupos muito diversos, incluindo predominantemente associações de camponeses, mas também associações culturais, pequenas associações cívicas, comissões de professores, grupos de mulheres, etc. Destas associações notamos que aquelas que mais pessoas conseguem mobilizar são as que têm capacidade de resolver situações materiais bem concretas das pessoas. As associações cívicas são as que têm menor capacidade de mobilização.
- Embora estas associações apresentem ainda muitas debilidades de articulação com níveis organizacionais para além da realidade local, têm muitos mecanismos de resolver coisas em conjunto. Há um grande potencial de mudança nestes grupos, aprendendo-se novos direitos e ganhando-se capacidade de reivindicação pública junto das autoridades e dos meios de comunicação social.
- A questão que hoje se coloca é a de saber se o novo processo de descentralização em Angola pode ou não constituir uma alavanca para o desenvolvimento deste processo com as associações e o reforço da democracia.

Henda Ducados – Precaridade da condição das mulheres em Angola

- As condições de vida das mulheres em geral são precárias, os indicadores sociais na perspectiva do género em Angola são dos mais baixos do mundo. No próprio poder tradicional a mulher é discriminada conforme nós pudémos constatar em vários fóruns municipais e do FAS.
- O que a sociedade civil e as associações deveriam garantir no processo da conquista e construção da cidadania? O respeito à diversidade, a participação dando voz à juventude, às mulheres e a outros grupos vulneráveis, a equidade e igualdade no acesso e controlo dos activos financeiros, económicos, sociais e políticos.

Augusto Makembo – Estado tem de formar jovens na participação democrática

- No conceito democrático de política, é para a pessoa/cidadão que todo o Estado deve convergir e é nela que o Estado se realiza. A juventude deverá ser o foco do investimento para a cidadania democrática.
- Não restam dúvidas que quando a participação e o crescimento da consciência crítica dos jovens melhoram, melhoram consigo a ação dos governantes. É preciso que o jovem angolano se envolva na política. Como é que a juventude angolana deve participar e onde é que pode encontrar as vias e instrumentos de participação? A nossa lei constitucional estabelece que o Estado com a colaboração da família e da sociedade deve promover o desenvolvimento harmonioso da personalidade da juventude.
- É preciso que o Estado assuma essa responsabilidade de formar o jovem na área da participação democrática e não deixar esse elemento apenas nas mãos de alguns actores, como ONGs e partidos, que às vezes o fazem de forma não muito apropriada.

Maria de Assunção – Discriminação da mulher ligada a factores histórico-culturais

- No que respeita à temática do género, a realidade Angolana não se distancia muito da realidade do continente africano, onde os aspectos ligados à discriminação da mulher estão intimamente ligados a factores histórico-culturais e são reforçados pelas secas e outras calamidades naturais. Hoje em Angola a mulher é a figura central da família e em muitos casos os núcleos familiares são representados por ela, sem a figura paterna.
- Com o intento de melhorar as oportunidade de igualdade do género nos diferentes sectores da vida sócio-cultural, política e económica, o governo angolano assumiu e ratificou os mais importantes instrumentos gerais que assumem um papel determinante para transformação e redefinição das estruturas das relações do género, quer na família como na sociedade. No entanto, muito está por fazer na prática.
- A educação formal da mulher assume um papel fundamental na medida em que favorece o melhoramento das condições de vida, quer da própria mulher quer da família e da sociedade em geral.

Perguntas/Comentários:

José Patrocínio:
Concordo com o senhor vice-ministro da educação que aqui falou que a escola e a educação são a base, mas eu não vejo apenas a escola como o espaço físico onde se ensina democracia e direitos humanos através de disciplinas, mas como espaço de exercício, prática e aprendizagem da democracia para as crianças, espaços que materializem a participação, onde se invista neste aspecto de formação dos cidadãos de amanhã.

Não identificado:
Nós, os jovens, achamos a participação como a força motriz para a democracia, para o desenvolvimento do nosso país, mas infelizmente não tem havido espaço para esta participação. Os espaços existentes para debate são monopolizados pelo partido ou politicamente vigiados. A nossa participação fica assim condicionada. Infelizmente este é o medo que às vezes muitos jovens têm, mas nós não queremos tirar o lugar de ninguém, apenas queremos ter o nosso espaço, queremos mudanças dentro do nosso país.

Aragão Mateus:
Eu sou assessor numa organização juvenil e gostaria de frisar os inúmeros obstáculos burocráticos e financeiros que as associações enfrentam para a sua legalização.

Não identificado:
Gostaria de chamar a atenção para a necessidade de resolução do problema do analfabetismo, que afecta sobretudo as mulheres.

Leogildo Lucas:
Retive da intervenção da Idacy Ferreira a afirmação de que há uma escassez de jovens a aderir às associações cívicas. No meu entender isto deve-se à prevalência das necessidades materiais que levam os jovens a procurar o associativismo político-partidário que tem mais compensações materiais imediatas.

Respostas:

Idacy Ferreira:
Observamos igualmente nas associações que analisamos, que a questão do género e da juventude são temas ainda muito distantes do debate das associações.

Henda Ducados:
Um grande dever e desafio das associações da sociedade civil é de olhar para o respeito à diversidade.

Maria da Conceição:
Estamos conscientes que o índice de analfabetismo é maior nas mulheres do que nos homens e é óbvia a excessiva carga de tarefas da mulher. Isto prende-se com a dimensão cultural e social. O governo deve refletir seriamente sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho e a responsabilidade que esta mulher tem enquanto mãe e dona de casa. Concordo com o comentário do interveniente que disse que se queremos que o jovem participe mais activamente na sociedade é necessário começar desde a infância.

Síntese do Terceiro Painel - *Media* e desenvolvimento sócio-político

MODERADOR: Fernando Macedo (AJPD)
PRELECTORES: Ismael Mateus (Jornal Cruzeiro do Sul), N´Siona Casimiro (Apostolado) e Suzana Mendes (Jornal Angolense).

Ismael Mateus – Desafio político e cultural dos *media*

- Gostaria de referir algumas debilidades: temos uma *media* excessivamente centralizada em Luanda e isso dificulta a construção da nação; a nossa imprensa é dominada por uma cultura lusófona e Kimbundu, isto também serve de obstáculo à construção da nação; mais grave ainda são as dificuldades dos *media* em veicularem diferentes sensibilidades sobre a nossa vida política, a nossa sociedade, e aí eu acho que há uma debilidade muito grande.
- Para além do contributo para o desenvolvimento da democracia, a comunicação social enquanto agente do desenvolvimento tem ainda no nosso país um grande desafio cultural a enfrentar: por um lado, a questão da defesa das línguas nacionais, não podemos continuar a olhar para as línguas nacionais com vergonha, com preconceito, por outro lado, a questão do uso da comunicação social como fonte de cultura, incluindo mais programas culturais de literatura e música.

N'Siona Casimiro – Dificuldade de acesso aos *media*

- Angola situa-se no fim dos países classificados no que concerne aos *media* no índice de desenvolvimento humano. Na base desta classificação estão problemas como a relação do ministério da tutela com os profissionais do sector e com a difusão da própria informação, devendo ter-se igualmente em conta os elevados custos de produção dos jornais em Angola, reflectindo-se no elevado preço de venda ao público.
- Devemos de igual modo ter em conta os problemas do restrito circuito de distribuição dos jornais. Para além das dificuldades de acesso aos tradicionais meios de comunicação – imprensa escrita, rádio e televisão – há ainda a considerar a dificuldade de aceder aos novos meios de comunicação social como a internet, um problema particularmente grave nas partes mais recônditas do nosso território.

Suzana Mendes – Asfixia financeira dos *media* independentes

- A partir de 92 com a abertura democrática e o surgimento de órgãos de comunicação privados, passou a existir um maior equilíbrio em termos de informação, naquilo que é a garantia do direito de informar e o direito a ser informado. Os órgãos de comunicação privados desenvolveram um papel extremamente importante para a democratização do país e para que os outros actores da sociedade, sejam eles partidos políticos da oposição ou OSC, pudessem ter a sua voz também na sociedade.

- Actualmente assistimos ao surgimento de um número cada vez maior de órgãos de comunicação privados, mas verificamos que estão ligados a grandes grupos financeiros ou a sectores da sociedade com grande poder político-económico e asfixiam cada vez mais os outros órgãos de comunicação privados que já existiam e que tinham maior independência. Este facto ameaça a própria pluralidade da comunicação e eu pergunto como é que a *media* vai contribuir para o desenvolvimento sócio-político do país neste contexto?
- Finalmente gostaria de chamar atenção para um ponto que é a inexistência até aqui de rádios comunitárias ou órgãos de comunicação comunitários. A lei já permite isso, mas a sua regulamentação efectiva continua a ver um vazio neste capítulo. Como é que se vai informar as populações nas zonas mais recônditas sobre aquilo que está a acontecer no país? como é que os órgãos de comunicação vão cumprir a sua missão de formar e informar quando não há este quadro? É preciso que haja vontade política, mas aliado a isso também é preciso que haja por parte de vocês, actores da sociedade civil e jornalistas esta intervenção, é preciso cobrar do Estado que seja cumprida esta missão de formar e informar.

Perguntas/Comentários:

Carlos Figueiredo:
em que medida é que as vossas estruturas sócio-profissionais, sindicatos e outras associações, são um campo de actuação onde vocês são activos e lutam para a tal democratização?

José Patrocínio:
Preocupa-me muito a impossibilidade das rádios comunitárias e dos *media* ao nível comunitário e ao nível da própria participação da juventude na questão da informação e da consciencialização política da juventude por via da informação. A OMUNGA produziu um video sobre educação cívica e eleitoral feito por jovens que não teve qualquer cobertura por parte dos *media* públicos.

Juliao Afonso:
Um aspecto preocupante está relacionado com a falta de acesso aos meios de comunicação por parte da maioria da população. Eu trabalhei três anos no Moxico e até o Jornal de Angola não chega lá, e se chega é com duas semanas de atraso.

Respostas:

Suzana Mendes:
Há muitas críticas em relação aos *media* privados, mas há igualmente que ter em conta que trabalham em situações muito difíceis. Devemos é questionar a qualidade do serviço público dos *media* públicos que recebem dotações mensais altas do orçamento do Estado. Devemos reflectir também nos casos de jornalistas que são presos, jornalistas que são assassinados, ainda este ano tivemos um jornalista preso por calúnia e difamação, e nós não sentimos como jornalistas o apoio da sociedade para a qual trabalhamos. Nós trabalhamos sob risco, enfrentamos muitas dificuldades e às vezes não há este reconhecimento por parte da sociedade. Quanto à falta de abrangência nacional dos meios de comunicação social temos de considerar que o próprio Jornal de Angola, com muito mais meios, não chega a todas as províncias e, por exemplo, em algumas províncias quando por vezes os jornais privados chegam os governadores arrogam-se o direito de confiscar os jornais, portanto, há todo um clima que não propicia um trabalho mais positivo por parte dos *media* privados.

N'Siona Casimiro:
O estado das nossas agremiações sindicais deixa a desejar, mas já existe e faz-se sentir de vez em quando. Eu como angolano e membro deste sindicato assumo as responsabilidades de que devemos e podemos fazer mais. Quanto aos exageros e deficiências com que são tratadas algumas matérias nos *media* privados, devem-se em parte ao facto de estarmos a falar de uma imprensa ainda jovem, mas mesmo assim considero que temos tido um papel importante, recordo-me, por exemplo, de que a persistência do jornal Folha 8 levou à modificação da lei sobre a justiça militar no âmbito do caso Miala.

Ismael Mateus:
A visão luandocêntrica não se resolve com mais exemplares distribuídos do Jornal de Angola, resolve-se com o dinheiro do Estado a ser melhor investido. Tem que existir imprensa regional, têm que existir rádios comunitárias. Por que razão o Estado precisa de ser proprietário de todas as emissoras provinciais? Ponham as emissoras provinciais a desenvolver as localidades, a promover o empresariado local. A visão luandocêntrica decorre de um jornal que é feito em Luanda, construído todo ele na perspectiva de Luanda, que abre necessariamente com a manchete do conselho de ministros do presidente da república.

Síntese do Quarto Painel - Igrejas e desenvolvimento sócio-político-económico

MODERADOR: Justino Pinto de Andrade (UCAN)
PRELECTORES: Luís N'Guimbi (CICA), Jacinto Pio Wacussanga (Igreja Católica), NTony N'Zinga (COIEPA), e Michael Comerford (Trócaire)

Luís Nguimbi – A consciência política das Igrejas

- As mais idóneas igrejas protestantes contribuíram significativamente para despertar as consciências dos angolanos para o nacionalismo. Os três movimentos de libertação de Angola foram liderados por figuras saídas dos lares protestantes.
- Até ao início da década de 90 em termos de visão sócio-política, praticamente desfilavam três grupos de opinião no seio do CICA. Um primeiro grupo defendia que a igreja era uma instituição mais celestial do que terrena, podia desenvolver algum papel humanitário em apoio aos mais carenciados, mas numa perspectiva caridosa, não como activistas com consciência política.

Um segundo grupo defendia ser a igreja uma instituição cuja obrigação prioritária era de ganhar almas para Cristo. Esta corrente via na política uma necessidade social, mas reservada exclusivamente para os vocacionados na matéria, tentando fazer assim uma clara separação entre a política e a igreja. Um terceiro grupo, de umas pouquíssimas igrejas, achava que apesar da missão evangelizadora, a igreja tinha um contributo obrigatório a fazer à grande sociedade, sendo parte da sua missão orientar os homens na definição de políticas que lhes propiciassem o bem-estar. Ao lutar pela libertação de Angola e do angolano, as igrejas já estavam na área da política, já estavam no caminho certo porque completavam o objecto da sua existência e missão.

- Será no seguimento desta discussão que o CICA vai criar o departamento da cooperação, justiça e paz, que vai diferenciar claramente a política no sentido mais amplo do termo e a chamada política partidária. Esta separação as igrejas não sabiam fazer no início.
- No domínio sócio-económico, as igrejas associadas ao CICA já se convenceram que a cidadania celestial é adquirida e construída a partir da Terra, e para tal torna-se inadiável pôr em exercício a moral no trabalho, engajando o homem angolano a fazer bom uso dos talentos e recursos minerais que Deus colocou a sua mercê. O CICA entende que o país sonhado pelos angolanos desde os tempos idos, só será realidade quando eles forem senhores na exploração, na transformação e na gestão ordeira dos recursos que o solo angolano tem.

Jacinto Pio Wakussanga – Anestesiar a memória colectiva é um risco

- Estamos actualmente a ser bombardeados por dois preconceitos amnésicos. Um deles é: "vamos esquecer o passado para construir o presente". Esta é uma das afirmações subversivas porque pode contribuir para nos anestesiar a memória colectiva sem nos resolver graves problemas de fundo. Existem feridas profundas na nossa memória colectiva que é preciso tratar porque elas por si próprias não se curam completamente. Um segundo preconceito sustenta que: "alcançámos a reconciliação e agora caminhamos para o desenvolvimento". Esta afirmação é igualmente problemática porque quando não são abordadas as causas dos conflitos, como é o nosso caso, corre-se o risco de este mesmo conflito em outras vertentes se repetir.
- O modelo amnésico que foi opção estratégica do governo no pós-conflito, por si mesmo não é um princípio que resiste ao contínuo dos efeitos da memória de violência que aconteceu no passado. E torna-se impossível obrigar as pessoas a esquecer a memória da guerra civil e do autoritarismo porque é parte inapagável das vítimas.
- A reconciliação para que aconteça exige o perdão, e o perdão tem três condições: a verdade (o reconhecimento que o mal foi feito), a paz (num compromisso de que o mal não se vai repetir) e a justiça (uma tentativa de reverter à situação que o mal criou, quer pela penitência, quer pela punição ou reparação).

- No contexto de Angola existe, de um lado, um passado recente da guerra e autoritarismo onde, apesar destas coisas terem passado à história, as suas vítimas e o sofrimento que isto provocou continuam no presente, e a dor prolonga-se por gerações vindouras. Do outro lado temos o futuro, que apesar de ser marcado por forte e rápido processo de recuperação das infra-estruturas, assenta num modelo excludente.
- Factores como desemprego, a exclusão social, a migração do campo para a cidade, a chegada de muitos estrangeiros, etc., poderão aumentar eventualmente a pressão sobre as memórias individuais e colectivas marcadas pelo sofrimento. Além disso, nós precisamos de discutir entre nós se vamos perdoar, por exemplo, as atitudes de delapidação do erário público que concentrando-se nas mãos de poucos, prejudica e cria a fome para milhões e milhões. Então temos que pensar se realmente há espaço para a reconciliação barata quando se diz: Vamos esquecer o passado!

Ntony Nzinga – Igreja deve questionar política de distribuição da riqueza

- A sociedade civil, bem como a igreja, é um espaço de educação e informação. Uma escola que ajuda o cidadão a ter um entendimento muito prático da vida e mesmo patriótico.
- A igreja tem que fazer a política de Deus e esta política de Deus é aquela que Jesus Cristo anunciou quando diz: "Eu vim para que todos tenham vida e a tenham em abundância". A igreja que não se bate para que todos tenham a vida e a tenham em abundância não está a fazer a política de Deus. Essa política de Deus não se faz apenas no púlpito porque a igreja está presente em todos os lugares.
- Segundo a palavra de um ecumenista africano que nos anos 90 foi presidente do Conselho Mundial das Igrejas para a África, temos que saber questionar de onde vêm as riquezas que fazem alguns ricos e os outros pobres. A carta pastoral da CEAST de março de 2006 fala da justiça económica e este é um dos modelos que se pode considerar importante neste processo Angolano. Sim, Angola é rica, sim o seu crescimento económico existe, mas a igreja tem o dever de questionar como estas riquezas estão a ser distribuídas, para poder proclamar a política de Deus e fazer dela realidade na vida dos angolanos.

Michael Comerford – Foco das igrejas sobre transparência e justiça económica

- Deparamo-nos com perguntas sobre se a igreja faz ou não parte da sociedade civil? Houve períodos (período colonial) em que a Igreja católica não fez parte da sociedade civil, mas hoje em dia é claro que a igreja católica faz parte.
- Não podemos falar do espaço público em Angola a partir de 1977 sem fazer referência às igrejas. As cartas pastorais de todo este período têm uma análise profunda sobre as divisões internas na nossa sociedade, por exemplo assumindo que ninguém pode atribuir culpa exclusiva às forças externas pela

guerra em Angola. A culpa inicial tem a ver com as divisões internas no país e por causa das divisões houve quem pediu apoio aos EUA, à União Soviética, a Cuba, à África do Sul, o que realmente complicou mais ainda as divisões internas que existiam.

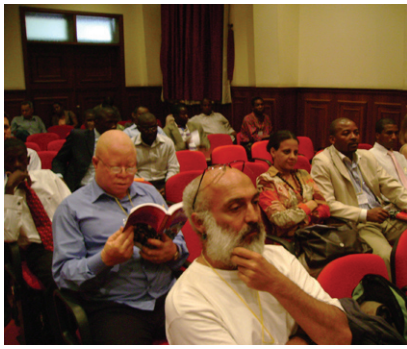
- Também se pode ler nestas cartas muitos comentários sobre eleições e democracia em 1992, e sobre a importância de cada partido ter o seu manifesto. Três semanas antes das eleições em 92 a CEAST perguntou aos partidos políticos qual o seu programa de governação? Nenhum partido tinha programa de governação apresentado ao público. Quer dizer, os eleitores não sabiam no que iam votar, iam votar apenas em personalidades.
- Nos últimos tempos tem havido um grande foco por parte das igrejas sobre transparência e justiça económica, isso é fundamental nos tempos actuais perante a alta do preço do petróleo; Angola vive um momento singular com muita riqueza para enfrentar os problemas do passado e fazer um grande investimento, não só nas infra-estruturas do país, como nas pessoas e na cidadania, para melhorar a democracia e os níveis de vida da população.

Perguntas/Comentários:

Alexandra Gamito:
Normalmente fala-se de igreja e esquecemos os leigos que são uma grande massa que participa nas igrejas. Eu vejo nestes grupos uma grande força para o voluntariado, constroem infra-estruturas com forças e meios próprios. Será que a ação cívica é feita apenas em organizações formais?

Não identificado:
Na memória colectiva há também exemplos muito positivos de entre-ajuda e solidariedade, não somente rancor; pessoas que foram salvas por afinidade de parentesco, pessoas que se solidarizaram em momentos difíceis. Os processos de reconciliação também devem incorporar estes aspectos positivos e não somente os dramáticos. Outra questão é quando estamos a falar da necessidade de reconciliação olhamos apenas para o passado, mas há o problema presente de todo um processo de crime, de delapidação do erário público, que também constitui um problema grave para nossa sociedade. Como é que nós vamos lidar com isso? Em terceiro lugar quero chamar a atenção para o facto de não existirem apenas os modelos de governação das elites políticas ou dos aspirantes a elites políticas, existem vários processos de auto-regulação comunitária que sobreviveram e nos permitiram sobreviver até hoje, ao nível das aldeias e das cidades, em meios de solidariedade comunitária de base.

Leogildo Lucas:
Falaram do papel das missões no período colonial, mas nota-se hoje que as igrejas já não seguem a mesma missão de formação. O que o CICA faz para reverter a visão da igreja como uma organização onde as pessoas vão para ter acesso a bens materiais? Quais são os projectos do COIEPA para a redução das constantes injustiças sociais como demolições de residências e morte de vendedores ambulantes? Vimos há tempos um massacre, mas não vimos nenhuma intervenção de um líder religioso.



Carlos Figueiredo:
Em que medida as organizações da igreja cultivam ou educam as pessoas para o exercício de cidadania activa com participação, igualdade das mulheres, prestação de contas? Em que medida ajudam a destruir uma cultura submissão às estruturas e hierarquias em favor da submissão primeira aos princípios e valores? O Dale McKinley falava num outro painel acerca do risco do adormecimento das consciências quando as pessoas se aproximam ou dos partidos ou do governo, recebendo benefícios materiais do poder. Eu acho que esta doença afecta as ONGs, mas pergunto se não afecta também as lideranças das igrejas que ficam com as consciências adormecidas pelas benesses, os Mercedes, os Pajeros, os Toyotas Land-Cruiser, etc?

Cesaltina Abreu:
Nas três cidades onde apliquei o inquérito para a minha tese, Benguela, Malange e Luanda, todas as respostas (excepto uma) foram no sentido de não considerarem a Igreja como OSC, na medida em que é hierarquicamente organizada, dogmática e não democrática, embora tivesse o seu papel no espaço público, na articulação e mediação das relações sociais.

Respostas:

Luís NGuimbi:
Tudo é dinâmico, não podemos esperar que as missões de hoje funcionem no mesmo espírito que as missões do tempo colonial, até porque o contexto mudou. A respeito da questão de saber até que ponto a igreja pode servir como uma anestesia que faz adormecer os mais fracos, gostaria de dizer que a igreja é uma instituição, um conjunto de homens com todas as debilidades, quer isso dizer que quando a igreja deixar de ser a voz dos sem voz, quando deixar a sua liderança à mercê dos fortes, ela passa a fazer o papel contrário, de fazer adormecer os fracos em benefício dos fortes.

Padre Pio:
Quanto à questão da actual rapina do erário público, de enriquecimento de uma minoria em detrimento da maioria, isto provoca a debilitação da maioria pela fome, pela miséria, pela doença, pela morte. Aqui trata-se de desencadear de imediato um debate sobre como abordar este problema que é realmente muito grave. No respeitante à pergunta do Carlos Figueiredo sobre o adormecimento da consciência da Igreja por via de benesses materiais, há actualmente duas posições informais entre líderes na igreja católica. Há quem defenda que os bens são do país e, se me oferecem um carro, estão a dar à Igreja que é estrutura e precisa de meios. Eu pessoalmente acho que se esses bens forem doados a um programa concreto, a um lar de crianças ou a uma organização que trabalhe na alfabetização, etc. isto tem uma dimensão de doação social e é aceitável, mas se é uma chave de um automóvel que me é dada a título pessoal, não posso em consciência aceitar.

Síntese do Quinto Painel - Responsabilidade social das empresas

MODERADOR: Paulo de Carvalho (Universidade Agostinho Neto)
PRELECTORES: Francisco da Cruz (Consultor Independente), Muriel Migonot (FONGA) e Manuel Paulo (Universidade de Middlesex).

Francisco da Cruz – Empresas públicas e privadas devem ser avaliadas socialmente

- São consideradas empresas socialmente responsáveis aquelas que se preocupam com o bem estar da comunidade onde estão inseridas como parte de sua estratégia de gestão dos riscos inerentes à sua própria actividade.

- A preocupação crescente com questões sociais faz das empresas verdadeiras cidadãs, cuja estratégia de actuação assenta em princípios éticos e morais, estando desta forma abertas e voluntariamente interessadas em publicar relatórios sobre o exercício da responsabilidade social dos seus negócios.
- Em Angola, a elaboração e divulgação do balanço social por parte das empresas não tem carácter sistemático e regular. Porém, dado o peso das indústrias extractivas (petrolífera e diamantífera) na economia e o seu impacto social e ambiental nas comunidades, justificar-se-ia que as empresas públicas e privadas envolvidas estivessem sujeitas a uma avaliação mais cuidada. A adopção de uma política de publicação de balanços sociais traria maior transparência e melhor coordenação na utilização dos fundos públicos destinados ao investimento social no quadro dos acordos entre o governo angolano e seus parceiros estratégicos, quer nacionais quer estrangeiros, principalmente na indústria extractiva. Naturalmente que a elaboração de um tal balanço social deveria estar sujeito à observação de alguns princípios fundamentais para garantir a sua credibilidade e serem analisados e aprovados por uma entidade externa isenta.

Muriel Migonot – Fraca cultura de reivindicação em Angola

- É preciso referir que a responsabilidade social nas empresas não diz respeito só às empresas internacionais, mas também às empresas nacionais.
- As ONGs internacionais utilizam em geral uma estratégia de advocacia frontal que deu uma imagem algo agressiva da sociedade civil que nem sempre é a melhor forma de defender os interesses da sociedade civil local e das comunidades, devendo considerar-se a necessidade de negociar e dialogar entre todas as partes envolvidas.
- Existe em Angola uma cultura de reivindicação bastante fraca, existindo uma necessidade de maior capacidade de reivindicação através de um diálogo construtivo; mas qual é a dificuldade do diálogo entre as diversas partes envolvidas? É necessário ter um reconhecimento mútuo e a capacidade e vontade de ouvir o outro. E isto falta muito a todos os níveis; todos falam de parceria, mas na prática quem define os termos da parceria é aquele que tem mais poder. Então muitas vezes há uma falta de reconhecimento da sociedade civil pelo governo e pelas empresas. Muitas empresas vêem a responsabilidade social simplesmente como financiamento de projectos sociais.
- Em Angola as relações com o sector privado ainda estão quase que exclusivamente dominadas pelo governo e empresas públicas, portanto é ainda bastante fechado, havendo muitas barreiras ao alargamento destas relações à sociedade civil.
- O novo contexto de descentralização poderá ser uma oportunidade para dar mais espaço às organizações de base para discutirem este tema da responsabilidade social das empresas. Cabe igualmente ao governo local e à administração local exigirem mais respeito das empresas para com as populações locais.

Manuel Paulo – Código de conduta voluntário na responsabilidade social das empresas

- A responsabilidade social não consiste apenas em doações filantrópicas à comunidade quando os lucros são altos, mas antes numa forma responsável de tomada de decisões e formas de agir empresarias em todas as áreas de actividade da empresa.
- Dado o pouco conhecimento que existe sobre o benefício que a responsabilidade social traz para a sociedade, as empresas deveriam trabalhar no sentido de introduzir, por exemplo, um código de conduta voluntário na responsabilidade social, assistida por mecanismos específicos e independentes de monitorização.

Paulo de Carvalho – Empresas não cumprem políticas ambientais

- Se formos a Cabinda, se formos ao Soyo, o que verificamos? Que existe gás sulfídrico em abundância na atmosfera provocando danos ao ser humano e ao meio ambiente. Os pescadores reclamam do facto de não haver peixe junto à costa, de haver peixe somente a bastantes milhas da costa, reclamam também do facto de a flora estar a ser afetada, alterando os hábitos alimentares.
- As empresas que se ocupam desta extração têm o conhecimento desta realidade, conhecem inclusivamente as normas que devem ser seguidas nos seus países em caso de extração petrolífera e por cá não respeitam estas normas.
- Devemos perguntar o que faz o Estado para prevenir isso? Não havendo nada feito para prevenir, o que faz o Estado para combater isso? O que fazem as próprias empresas para prevenir isso, que força tem a sociedade civil para prevenir e para combater este tipo de actuação?

Perguntas/Comentários:

Não identificado:
Em Angola temos nova legislação sobre a fiscalização do meio ambiente e do sector social, mas o problema está em que há poucas instituições com capacidade para fiscalizar a implementação destes regulamentos. Uma potencial aliança entre a sociedade civil angolana e internacional tem mais hipóteses de sucesso na fiscalização, porque os consumidores do Ocidente de onde são originárias muitas empresas extractivas poderão exigir, por exemplo, diamantes explorados em condições de respeito pelo meio ambiente.

Sérgio Calundungo:
Actualmente as empresas colocam o ênfase na perspectiva do balanço social das suas actividades, perguntando-nos: "o que nós investimos e o que vocês ganham por nós estarmos aqui?", mas deveriam antes colocar o ênfase na perspectiva do impacto social, perguntando-se: "o que vocês perdem por nós estarmos aqui?"

Elias Isaac:
Eu não sei o que está errado, se são as práticas das empresas ou o quadro jurídico legal que impera em Angola, mas gostaria de saber até que ponto o novo Parlamento pode desempenhar um outro papel na fiscalização destes processos?

José Patrocínio:
Nós não sabemos sequer quais são as receitas do petróleo; possivelmente a responsabilidade social das empresas deveria começar por dar esta informação às próprias populações.

Respostas:

Muriel Migonot:
O diálogo ligado à responsabilidade social das empresas deve implicar o governo e as políticas públicas, é importante ligar os dois. Quanto à questão da imperatividade da responsabilidade social das empresas penso que, por si só, o termo responsabilidade implica uma obrigação, não é uma coisa voluntária.

Manuel Paulo:
Aqui em Angola a responsabilidade social fica essencialmente deixada ao critério, à consciência e à política das próprias empresas.

Francisco da Cruz:
Não há dúvida que o que se passa em Angola é uma dificuldade na fiscalização da implementação do quadro legal. Faltam igualmente relatórios.

Síntese do Sexto Painel - OSC e comunidade internacional (doadores e ONGs internacionais)

MODERADOR: Rosário Advirta (Christian Aid)
PRELECTORES: Allan Cain (Development Workshop), Paula Cristina Fernandes (Delegação da Comissão da União Europeia em Angola), Sérgio Calundungo (ADRA-Angola) e David Sogge (FRIDE-Madrid).

Allan Cain – Necessidade de benefícios fiscais para contribuições sociais

- O primeiro contacto entre a comunidade internacional e a SC emergente foi no período pós Bicesse em 1991-92, através de um programa eleitoral para instalar um processo democrático no país. A sociedade civil foi engajada no processo de forma mínima, para se integrar com observadores e organizações internacionais no processo eleitoral.
- Em Setembro/Outubro de 1992 a comunidade internacional abandonou o país e só regressou em 1993-94 no âmbito da OCHA e do programa humanitário; ONGs nacionais e internacionais foram engajados como operadores na implementação daquele programa com fundos da comunidade internacional ao longo de 10 anos.
- O período pós Lusaka (1994) caracterizou-se na preparação para a mesa redonda dos doadores em Bruxelas em 1995, tendo-se concebido um programa de Reabilitação Comunitária que foi mais uma tentativa de consolidar a paz através do investimento nas comunidades. No entanto, 80% dos fundos foram gastos com estruturas administrativas do governo e da comunidade internacional para

implementação do programa. O resultado foi negativo porque não se cumpriram com as expectativas criadas nas comunidades e perdeu-se credibilidade.

- A guerra reiniciou em 1998 e o período seguinte foi marcado pela Rede de Paz e Programa de Construção de Paz liderado pelo COIEPA, onde a própria SC angolana mobilizou ajudas através das redes da SC internacional. Foi um bom exemplo de parceria liderada pela SC nacional com apoio da comunidade internacional.
- Na actual fase, a possibilidade de uma medida que permita as empresas privadas terem benefícios fiscais por via das suas contribuições para programas sociais poderia constituir uma possibilidade para a SC nacional se tornar independente do governo e da comunidade internacional.

Paula Cristina Fernandes – Novo conceito mais abrangente da UE, Actores Não Estatais

- A comissão europeia resolveu utilizar uma outra semântica nas suas estratégias de ajuda, passando a falar de Actores Não Estatais (ANE), sendo uma perspectiva mais ampla e inclusiva, não se limitando à sociedade civil (associações, ONGs, grupos informais, Igrejas), mas incluindo agora o sector privado, associações profissionais e sindicatos. Este novo conceito é resultado de um processo que teve o auge com o acordo de Cotonou, num processo que conta com actores da SC como parceiros.
- Os actores não estatais têm um papel importante como actor de diálogo e actor político no sentido nobre do termo, ou seja, no sentido da participação na vida social, política e económica do seu país, mas sem nenhum desejo de aceder ao poder. Neste contexto, os actores não estatais devem ser consultados, entre outros, em cada passo da programação. Mas também continuam a ser actores do desenvolvimento – um actor importante na implementação de projectos.
- Outro passo importante foi obviamente a declaração de Paris em 2005, numa lógica de harmonização entre doadores e de procura de melhor eficácia e eficiência da nossa ajuda.
- A ideia foi racionalizar com instrumentos e objectivos claros; por exemplo, não se fala mais agora de linhas orçamentais, que eram mais de 30, mas sim de programas temáticos como um programa temático de apoio aos actores não estatais e autoridades locais e o instrumento europeu para a democracia e direitos humanos, dois programas temáticos que também estão em curso em Angola. Como vêm estes passos demonstram a importância crescente dos actores não estatais, tanto para a comissão europeia como para a União Europeia, na sua definição e implementação de políticas de desenvolvimento.
- Existe o desejo de tornar a delegação da comissão europeia em Angola num espaço aberto para os ANE, ou seja, aberto para todos os processos de consulta para os grupos temáticos e também de facilitador no seio da UE e de outros doadores, numa lógica de coordenação e harmonização para facilitar o trabalho da comunidade internacional, mas também de facilitar a transparência e a visibilidade para os ANE. Neste sentido acho que o processo da I conferência da sociedade civil demonstrou um esforço de coordenação da comunidade internacional aqui em Angola.

Sérgio Calundungo – Relações de cooperação têm muitos vícios

- Trabalhando com organizações internacionais, no caso da ADRA temos visto muitas contradições e dificuldades. Temos sérias dúvidas que os objectivos da comunidade internacional sejam comuns e às vezes quando são comuns não são suficientemente claros, daí que eu acredito que para falarmos de cooperação, para falarmos de comunidade internacional, no caso concreto angolano, são necessários dois aspectos: o 1º é uma certa mudança de comportamento das partes e o 2º é termos a coragem e humildade para nos envolvermos em processos de aprendizagem e de co-responsabilidade com mudança de comportamentos que estão marcados por muitos vícios.
- Um primeiro problema é a ideia da generosidade/superioridade, segundo a qual os actores da comunidade internacional apoiam a sociedade civil por uma questão de generosidade, que vêm ajudar um pobre e fraco de mão estendida, isto é uma distorção da qual temos de nos livrar. Há países que, no balanço das suas relações com Angola, os ganhos económicos das suas empresas são imensamente superiores àquilo que devolvem a Angola através de políticas de cooperação. Um segundo problema/vício é o das imposições que simpaticamente se chamam condicionalidades ou às vezes critérios de elegibilidade. Um terceiro problema é a necessidade de transitarmos da postura de ajudar a cuidar dos sintomas da pobreza para uma situação em que queremos efectivamente ajudar a atacar as causas da pobreza.
- Poderemos falar de relações de cooperação quando as OSC participarem e decidirem conjuntamente com as organizações internacionais desde o diagnóstico ao planeamento, definição de prioridades, monitoria e avaliação. Tem-se muitas vezes a sensação que as organizações internacionais dialogam com as OSC, mas na realidade apenas pretendem ouvir o eco das suas próprias ideias e estratégias, se calhar mais angolanizado ou mais tropicalizado.

David Sogge – Poder transnacional implica riscos para conquistas sociais

- Assistimos a um crescente movimento em que o poder político e económico está a migrar para fora e para cima, sempre mais afastado dos níveis territoriais do Estado-nação, tornando-se mais distante dos cidadãos.
- Poder transnacional e uma coligação de esforços pode ter muitas vantagens em relação ao poder territorial, como o combate ao tráfico de drogas, às doenças infecciosas, aquecimento global etc. Mas a migração do poder nacional para cima e para fora pode igualmente colocar em perigo muitas das conquistas das lutas pela democracia, desenvolvimento equitativo e estabilidade política e social.
- Depois de cerca de trinta anos de fóruns económicos e outros exemplos de má governação mundial, conhecemos já alguns dos perigos da globalização descontrolada, faltando sistemas de supervisão transparente. Fundamentalismos do mercado podem alimentar outros fundamentalismos e conflitos políticos. Num passado recente vimos este processo na antiga Jugoslávia e Guiné-Bissau, presentemente vemos na África do Sul e Quénia.

- Na medida em que o poder tem migrado para fora e para cima, para arenas não-transparentes, os actores da sociedade civil devem seguir e compreender essas arenas não-territoriais, os "espaços de fluxos", coligando esforços e estabelecendo agendas comuns.

Perguntas/Comentários:

Victor Barbosa:
Concordo com uma maior coordenação entre OSC mas temos de ter em conta que essa coordenação e aproximação só é possível entre organizações que defendem os mesmos princípios, têm afinidades, as mesmas preocupações e podem assim ter uma cooperação de longa duração. Outro aspecto que eu gostaria de referir é que nas organizações internacionais mudam-se as pessoas em períodos de tempo muito curtos, saem pessoas que conheciam todo um projecto e entram outros que embora tendo o perfil técnico não têm a sequência do diálogo.

Cesaltina Abreu:
Uma sociedade pobre não tem um movimento associativo forte com capacidade para se afirmar e enfrentar os enormes constrangimentos que existem neste país; existe uma forte articulação entre interesses políticos e económicos em Angola, para além do envolvimento de poderosíssimos interesses internacionais que contribuem para os constrangimentos a uma vida associativa capaz de se manter e ser auto-sustentada.

Respostas:

David Sogge:
Uma coisa que muitas vezes nos escapa é quem ajuda quem? As nações unidas publicaram recentemente um relatório que totaliza os fluxos da ajuda dos países do Norte para o Sul e vice-versa e descobriu que o saldo líquido entre esses dois fluxos situa-se entre os 700 e 800 biliões de US$ positivos a favor do Norte.

Sérgio Calundungo:
As ajudas não podem ser permanentes e eu concordo plenamente, mas também é necessário agir para que as causas da pobreza não sejam permanentes. Creio que nesta relação de cooperação não se trata tanto de que a comunidade internacional vá capacitar os seus parceiros da sociedade civil angolana. Ninguém capacita ninguém, as pessoas se capacitam dos dois lados dessa relação, aqui deve residir a base das nossas relações de cooperação.

Paula Cristina:
Gradualmente começam a disponibilizar-se mais fundos para as organizações do Sul. De há 3 anos para cá a delegação da comissão europeia em Luanda tem contratos directamente com organizações nacionais e os últimos convites à apresentação de propostas foram abertos, exigindo que as organizações europeias tenham parceiros nacionais e, ao mesmo nível, as organizações nacionais podiam candidatar-se. Isto é um avanço. Em relação à questão da grande rotatividade de quadros, para nós pessoal internacional é essencial, porque a questão do diálogo é bom, mas também às vezes perdemos uma certa análise crítica de algumas coisas estando muito tempo num mesmo lugar.

Allan Cain:
No engajamento da comunidade internacional com a sociedade civil aqui em Angola ao longo dos anos devemos também olhar para a promoção da paz, que foi muito importante.

Síntese do Sétimo Painel - Enquadramento regional: África do Sul, Namíbia e Botswana[5]

MODERADOR: René Roersma (WorldCom Foundation)
PRELECTORES: Dale T. McKinley - África do Sul (Movimentos Sociais Indaba), Henning Melber - Namíbia (Fundação Dag Hammarskjold) e Badala Balule – Botswana (Universidade do Botswana).

Dale T. McKinley – Sociedade civil e política na África do Sul

- Após 1994, a maioria das organizações comunitárias independentes e ONG progressistas viveram uma crise de financiamento. Até então estavam largamente dependentes de financiamentos externos.
- Boa parte das OSC afastaram-se de compromissos anteriores e caminharam na direcção de programas "desenvolvimentistas" dirigidos pelo Estado (e.g. the *Reconstruction and Development Programme - RDP*) e de "parcerias" patrocinadas pelo Estado ao nível da providência social, estabelecidas com organizações "aprovadas" da sociedade civil.
- O resultado destas transformações foi uma "agenda de desenvolvimento" gradualmente determinada por financiamento estatal e privado – empresarial - e a extinção da grande maioria das organizações da sociedade civil independentes, e em muitos casos anti-capitalistas.
- Cumulativamente, estes desenvolvimentos significaram que, em meados dos anos noventa, a grande maioria das organizações que haviam constituído a sociedade civil sul-africana tinham sido efectivamente esmagadas.
- Aquilo que o passado recente e os desenvolvimentos subsequentes desde então representam, é uma clara divisão ideológica e organizacional entre as principais componentes da sociedade civil sul-africana. De um lado temos os novos movimentos sociais que representam aqueles que lutam contra as políticas estatais neo-liberais do ANC; do outro lado temos as forças "tradicionalmente" progressivas da sociedade civil sul-africana, que apesar de recorrerem regularmente a uma retórica de esquerda aceitam o modelo de desenvolvimento capitalista do ANC, tais como COSATU, SACP e SANCO.
- Doze anos depois do dito "milagre" de 1994, a sociedade sul-africana está numa encruzilhada. Apesar de se tratar de um país com imensas riquezas naturais, uma infra-estrutura industrial, de comunicações e de transportes, altamente desenvolvida, com instituições democráticas e recursos humanos consideráveis, para a maioria dos sul-africanos a vida continua a ser sinónimo de luta feroz. A África do Sul contemporânea é caracterizada por desigualdades socio-económicas e pobreza crescentes, um sistema de saúde e educação em crise. É igualmente marcada pela consolidação e expansão de propriedade económica e padrões de acumulação por parte de ambas as elites domésticas – negras e brancas – e capital empresarial internacional,

[5] Não foi possível neste painel apresentar um resumo das intervenções da audiência dada a inexistência de gravação áudio dessa fase por problemas técnicos.

assim como pela crescente centralização do poder político nas mãos da elite negra burocratizada, alinhada com o ANC, que controla o Estado.

Henning Melber – Sociedade civil e política na Namíbia

- Com a maioria de 2/3 alcançada desde a segunda legislatura, que começou em 1995, os legisladores da Swapo asseguravam também o quase monopólio sobre o processo de decisão parlamentar. Para além disso, a nomeação de mais de metade dos parlamentares do partido para ministros ou vice-ministros reduziu o parlamento a uma câmara de eco, que raramente tentou controlar o executivo. A partir de meados dos anos 1990, um sistema político emergiu deixando transparecer, no horizonte, a formação de um Estado de partido único e de um regime cada vez mais autocrático.
- A lealdade à Namíbia é confundida com a lealdade à política da Swapo e em particular à política executada pelo Presidente do partido. O Estado usa frequentemente a democracia para perpetuar a hegemonia.
- Após a independência, as igrejas Namibianas demitiram-se em grande medida da esfera política pública e passaram a evitar confrontos com o governo em questões de direitos humanos e outras questões afins. Na mesma linha, o movimento laboral organizado trocou a sua autonomia por um lugar próximo da Swapo, aceitando ser cooptado pela nova classe política dirigente do Estado independente.
- Dado o nível relativamente alto de liberdade de imprensa e o impressionante número de órgãos de comunicação social independentes e politicamente atentos (pelo menos na imprensa escrita), o domínio do partido no poder não é desculpa suficiente para a inexistência de um significativo contra-poder crítico. Mais do que a falta de cobertura adequada por parte dos meios de comunicação social públicos, aquele deficit resulta, da incapacidade dos partidos da oposição e de outros actores da sociedade civil em fornecerem matéria noticiosa com substância política.
- Até que ponto o exercício da hegemonia política é da responsabilidade do partido no poder ou é antes um sinal do falhanço dos partidos políticos da oposição e de outros actores da sociedade civil, incapazes de, contra todas as dificuldades, actuar em conjunto? Poderá bem ser que estes sejam dois lados da mesma moeda, resultado de décadas de opressão e resistência, que terminaram ainda há relativamente pouco tempo.

Badala Balule – Sociedade civil e política no Botswana

- As OSC do Botswana eram tradicionalmente financiadas por doadores internacionais. Com a reclassificação do país para o grupo de países com rendimento médio, o financiamento dos doadores, que costumava vir com a ajuda internacional, tornou-se escasso, o que deixou algumas organizações sem sustentação financeira. Isto fez com que o governo se tornasse o principal financiador de várias OSC.
- Na prática, observou-se que o governo passou a apoiar somente as organizações cujas actividades eram apolíticas. A dependência directa das OSC em

relação aos fundos governamentais compeliram-nas a moderar as críticas às concepções do Estado e forçaram-na a entrar em conselhos conjuntos com o executivo. O governo ficou relutante em financiar OSC de forma individual, preferindo fazê-lo por meio das organizações de rede. Isto criou uma situação de dependência, fazendo com que as organizações de rede se tornassem tão importantes em relação aos seus filiados que os abafaram e marginalizaram, ganhando vida própria para além dos seus membros.

- Por outro lado, muitas das OSC são excessivamente centradas na pessoa do dirigente, faltando-lhes capacidade de institucionalização e, geralmente, quando os dirigentes saem a organização desmorona. Falta-lhes igualmente uma gestão democrática, prestação de contas (*accountability*) e transparência.
- Actualmente, no Botswana, existem aproximadamente uma dúzia de jornais privados em circulação e três emissoras nacionais de rádio privadas. Embora não exista censura directa do Estado aos *media* privados, há um elevado nível de auto-censura no sector.
- As leis, formuladas em termos vagos, ou dão poderes arbitrários aos órgãos do governo ou impõem duras penalizações aos *media* quando estes incumprem com estas leis. O "Acto de Imigração" (*Immigration Act*) dá poderes ao Estado para declarar um estrangeiro residente como indesejável e simplesmente deportá-lo. Este dispositivo tem sido ocasionalmente utilizado pelo governo contra jornalistas estrangeiros que residem no país, considerados como demasiado críticos em relação às políticas governamentais.
- Os *media* privados dependem em larga medida do rendimento de muitos anúncios do governo e do sector público, neste sentido acabam na prática por recear que se as suas reportagens antagonizarem o governo podem vir a perder anunciantes, não lhes sendo possível sobreviver somente com o rendimento dos anunciantes privados. Isto aconteceu com os jornais *Guardian* e *Midweek Sun*. Embora a decisão do governo tenha sido posteriormente declarada ilegal pelo Tribunal Supremo, os jornais insistem que a publicidade do sector público para eles diminuiu

Síntese do Oitavo Painel - Enquadramento regional: Moçambique, Zâmbia e Zimbabué[6]

MODERADOR: Bob van der Winden (Consultor Independente)
PRELECTORES: Luckson Chipare - Zimbabwe (Consultor Independente), Lee Habasonda - Zâmbia (Universidade da Zâmbia) e Manuel de Araújo - Moçambique (Centro de Estudos Moçambicanos Internacionais).

Luckson Chipare – Sociedade civil e política no Zimbabué

- No Zimbabué a política sempre esteve envolvida e confundida com a sociedade civil desde a luta de independência. Quando chegou a independência o governo

[6] Não foi possível neste painel apresentar um resumo das intervenções da audiência dada a inexistência de gravação áudio dessa fase por problemas técnicos.

decidiu que todos os movimentos sociais deveriam ser assimilados no seio do partido. Os que ficavam de fora ou eram críticos, eram apelidados de traidores.

- Neste momento temos um país que está dividido porque as OSC, incluindo ONGs, igrejas e movimentos sindicais que não estejam com o partido no poder, são consideradas como estando do lado da oposição.
- Esta postura do governo está também muito relacionada com a forma como evoluiram as OSC no Zimbabué. Nos anos 90 os sindicatos foram as primeiras organizações a seguir uma linha independente do partido no poder. Depois dos sindicatos seguiram-se outros grupos, incluindo as igrejas, grupos juvenis etc. Será no seio do movimento sindical e de organizações e associações da sociedade civil que será formado o núcleo daquilo que viria a ser um novo partido da oposição - o Movimento para a Mudança Democrática, o MDC. Este partido nasce desta dinâmica da sociedade civil, liderado pelo antigo secretário-geral dos sindicatos do país.
- Posteriormente, esta aliança entre OSC e MDC acabou por se desfazer e as OSC perceberam os perigos em que incorreram ao se aliarem a um partido político. No entanto o governo não deixou de aproveitar para fazer sempre a ligação entre OSC e oposição.
- Temos um governo que suspeita grandemente da sociedade civil considerando-a como um inimigo do Estado, um "aliado do imperialismo que quer derrubar o governo". Neste sentido tem colocado sérios constrangimentos à actuação das OSC. As ameaças e a pressão do governo sobre as OSC são constantes através das forças da ordem pública e outras. A mentalidade dominante no seio do governo continua a ser "quem não está conosco está contra nós".
- Actualmente a sociedade civil no Zimbabué ainda está em busca do seu espaço fora da influência dos partidos políticos. No final de 2007 alguns líderes da sociedade civil organizaram a "convenção do povo" e novamente discutiram sobre as lições que deveriam retirar de um passado interligado com a política partidária. Em Fevereiro de 2008 reuniram-se novamente e publicaram a "carta do povo" onde expuseram as suas expectativas para um novo Zimbabué, defendendo a adopção de uma nova constituição, afirmando-se contra o projecto de constituição elaborado pelo MDC e o partido no poder. Dizem ser agora a hora de efectivamente se fazerem mudanças substanciais; considerando que aquando da independência em 1980 apenas se trocou Smith por Mugabe.

Lee M.Habasonda – Sociedade civil e política na Zâmbia

- O MMD *(Movement for Multiparty Democracy)*, presidido por Chiluba, chega ao poder em 1991 por força de um movimento sócio-político e por este motivo deu inicialmente um grande espaço de manobra à sociedade civil. No entanto, gradualmente revelou não ser muito diferente do seu antecessor no que respeita ao deficit de participação dos diversos grupos sociais nos processos de tomada de decisão, assim como à transparência e à prestação de contas (*accountability*). Na verdade, herdou parte da mentalidade do Estado

de partido único, para além das tradições autoritárias, do patrimonialismo e, em especial, a concentração de poderes numa presidência executiva. A corrupção no sector governamental e privado tornou-se descontrolada com a privatização de empresas estatais, assim como com a comercialização de vários serviços públicos.

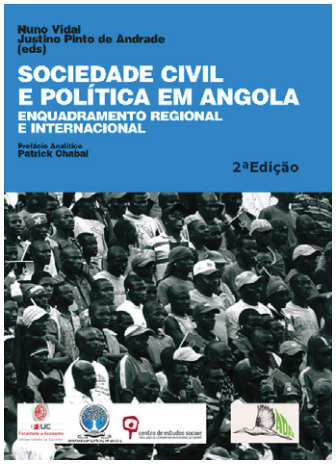
- O governo do MMD começou a assumir posições diametralmente opostas à maioria das exigências fundamentais das OSC. A crescente influência política das OSC levou muitos partidos políticos a considerá-los como usurpadores do papel da oposição, especialmente no processo constitucional que se iniciou em 2001.
- O governo assumiu claramente que o processo constitucional era uma prerrogativa dos partidos políticos, questionando a legitimidade das OSC para representarem o povo em assuntos de governação, argumentando que as OSC não têm nenhum contrato social com o povo uma vez que não foram eleitas.
- Agravando-se as divergências com as OSC o governo procurou, por um lado, criar dissensões no seio do movimento das OSC e, por outro, angariar o apoio de algumas OSC que lhe são muito próximas e que geralmente assumem uma postura de apologia governamental, uma espécie de extensões do aparelho governamental.
- É necessário admitir que a proliferação das OSC faz com que algumas não ajam profissionalmente e prejudiquem a imagem de todas. Estes problemas verificam-se na área da prestação de contas (*accountability*) e na falta de democracia interna.

Manuel de Araújo - Sociedade civil e política em Moçambique

- A emergência das OSC em Moçambique ganha ímpeto na década de 1990 com o processo de democratização, a ajuda de emergência e o apoio dos Parceiros de Cooperação Externa. Desde cedo se notaram duas características essenciais no espaço de desenvolvimento das OSC moçambicanas, por um lado, o enorme peso do factor externo - financiamento e capacitação técnica -, por outro lado, o crescente incómodo que causaram ao poder político.
- A maioria das OSC Moçambicanas tem uma dimensão reduzida, empregando mão-de-obra intensiva e caracterizando-se pela escassez de recursos financeiros e humanos, deficit de capacidade técnica, de gestão e de informação. Estas carências acentuam-se de sobremaneira a nível das organizações rurais, criando sérias limitações ao desenvolvimento das organizações comunitárias de base rural e à participação dessas comunidades na vida pública.
- Regra geral, as OSC moçambicanas continuam relativamente fracas quando se trata de seu engajamento em processos de participação e monitoria de políticas públicas. A sua participação em questões estratégicas de desenvolvimento do país é essencialmente de carácter consultivo, não verdadeiramente inclusivo e menos ainda vinculativo. Dado que este facto é claramente perceptível para a população em geral, inibe-se um maior envolvimento dos cidadãos na vida pública do país.

- A exemplo do que acontece em muitos países da região, existe uma tendência do partido governamental em manipular a seu favor o espaço cívico. Aqueles que resistem são acusados de estarem a fazer o jogo político da oposição contra o poder governamental instituído. As graves carências financeiras da maioria das OSC, a competição por fundos públicos e privados, externos e internos, e as muitas debilidades estruturais de recursos humanos, leva muitas delas a ceder a pressões e a cair nas malhas do clientelismo político-partidário, incapacitando-as de assumir uma postura crítica.
- Não obstante estas adversidades, as OSC têm sido capazes de mobilizar um número significativo de cidadãos para causas à escala nacional, permitindo a consciencialização pública sobre aspectos cívicos e políticos, não só do país como da região.

SEGUNDO LIVRO: SOCIEDADE CIVIL E POLÍTICA EM ANGOLA, ENQUADRAMENTO REGIONAL E INTERNACIONAL



Vários dos palestrantes vindos da região Austral para a conferência foram co-autores deste segundo livro, escrevendo capítulos dedicados aos seus respectivos países ao lado de autores que trataram especificamente do caso Angolano. Para além do lançamento em Luanda na abertura da segunda conferência, este segundo livro foi igualmente lançado em Lisboa na Casa de Angola em 16 de Outubro de 2008, com transmissão em directo para os países africanos lusófonos pela RDP-África, tendo tido uma segunda edição em Janeiro de 2009.

No cômputo geral, este livro (de 437 páginas) aborda os principais temas em discussão nos meios políticos e da chamada sociedade civil em Angola, nomeadamente a relação entre Sociedade Civil e Política e o modo como a defesa dos Direitos Humanos influencia as questões políticas. Foca igualmente o papel da Comunidade Internacional em Angola (comunidade doadora, organizações governamentais e não governamentais), especialmente no que se refere ao tipo de relação estabelecida com as OSC e o modo como se posiciona face ao governo e aos interesses económicos internacionais em Angola. Trata-se de um volume que congrega vários autores, sobretudo Angolanos, mas também de várias outras nacionalidades, incluindo um capítulo exclusivamente dedicado à região da África Austral, inteiramente escrito por autores dos respectivos países no intuito de facilitar uma análise comparativa.

O livro encontra-se estruturado em cinco capítulos. O capítulo I contém os textos de Nuno Vidal e Justino Pinto de Andrade (eds & orgs.), procurando dar uma perspectiva histórico-analítica da relação entre Política e Sociedade Civil no pós-independência. O capítulo II discute os desafios e constrangimentos à sociedade civil angolana, contando com as contribuições de Fernando Macedo (AJPD), Carlos Figueiredo (ADRA), Sérgio Calundungo (ADRA), Benjamim Castello (Jubileu 2000 Angola), Fernando Pacheco (ADRA), Cesaltina Abreu (IBIS) e Kinsukulu Landu Kama (Grémio ABC). O capítulo III analisa e debate o papel das Igrejas, da Juventude, das Mulheres e dos *Media* enquanto propulsores do Desenvolvimento Humano. Conta com a participação de

Michael Comerford (Trócaire), Pedro Cardoso (Novo Jornal), Aline Afonso Pereira (ISCTE), Reginaldo Silva (Jornal Angolense), José Patrocínio (Omunga) e Paulo de Carvalho (Universidade Agostinho Neto).

O capítulo IV trata da dimensão internacional da relação entre sociedade civil e política em Angola. Não obstante muitos autores em outros capítulos também incluírem uma abordagem a este tema, os textos deste capítulo são especializados nesta área. Conta com a participação de Lopo Fortunato do Nascimento (Centro de Estudos Sociais e Desenvolvimento), David Sogge (FRIDE), Bob van der Winden (Consultor independente), René Roersma (Fundação WorldCom), Kristin Reed (Universidade de Berkeley), Mónica Rafael Simões (CES-FEUC), Fernando Pacheco (ADRA) e Manuel Paulo (Middlesex Business School, London). A encerrar o livro temos o Capítulo V que faz o enquadramento regional da temática geral da obra, trazendo à discussão os casos da África do Sul por Dale McKinley (Movimentos Sociais Indaba), Zimbabué por Lloyd Sachikonye (Universidade do Zimbabwe), Namíbia por Henning Melber (Fundação Dag Hammarskjold), Malawi por Fidelis Kanyongolo (Universidade do Malawi), Botswana por Badala Balule (Universidade do Botswana), Moçambique por Manuel de Araújo e Raúl Chambote (CEMO), Zâmbia por Rueben Lifuka (*International Transparency Zâmbia*) e Lee Habasonda (Universidade da Zâmbia), e República Democrática do Congo por Jean-Claude Katende (Associação Africana de Defesa dos Direitos do Homem – DRC).

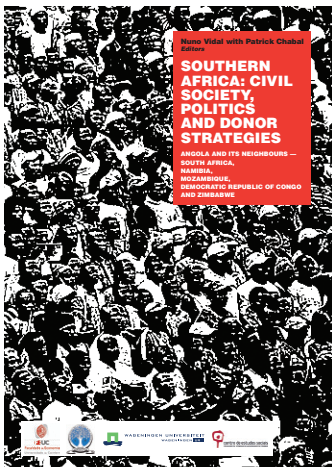
Terceira Conferência Internacional e Terceiro Livro: *Southern Africa - Civil Society, Politics and Donor Strategies*, Bruxelas, Novembro 2009

Em 2009 a Universidade de Wageningen junta-se à Universidade Católica de Angola e à Universidade de Coimbra neste projecto. Nesta fase, os promotores consideraram ser útil e necessário levar a análise, reflexão e discussão que se vinha desenvolvendo, a um dos principais centros doadores internacionais – o Parlamento Europeu – organizando nova conferência internacional, Southern Africa: Civil Society, Politics, Development and Donor Strategies, Bruxelas, 17 de Novembro de 2009.

PONTOS FOCAIS DOS PAINÉIS DA TERCEIRA CONFERÊNCIA - BRUXELAS 2009

A conferência analisou diversos países da região Austral a par das estratégias dos doadores, estando estruturada em quatro painéis, dois dos quais dedicados aos países em análise, "Angola & Mozambique"[7], "South Africa, Namíbia, DRC & Zimbabwe"[8], estando os outros dois painéis centrados em temas gerais como "People, principles and practices of aid in Angola"[9] e "Donor strategies and Southern African countries"[10]. Por altura da conclusão deste relatório não era ainda possível apresentar resumos dos painéis desta conferência.

TERCEIRO LIVRO: SOUTHERN AFRICA: CIVIL SOCIETY, POLITICS AND DONOR STRATEGIES



Em simultâneo à conferência internacional em Bruxelas, foi lançado um terceiro livro - *Southern Africa: Civil Society, Politics And Donor Strategies; Angola and its neighbours – South Africa, Namibia, Mozambique, Democratic Republic of Congo and Zimbabwe*.

O livro (de 273 páginas) segue a previamente explicada metodologia geral do projecto, juntando académicos e activistas da sociedade civil que trabalham sobre diversos países Africanos, com o objectivo de cruzar experiências e reflexões. Com diferentes percursos sócio-profissionais de base, os autores do livro apresentam textos que reflectem perspectivas e abordagens diversas no tratamento dos temas e países analisados.

[7] Painel moderado por Justino Pinto de Andrade (UCAN) e integrado por Fernando Macedo – Angola (Universidade Lusíada de Angola), Henda Ducados (Fundo de Apoio Social – FAS), Raúl Chambote – Moçambique (Centro de Estudos Moçambicanos e Internacionais - CEMO) e Michel Cahen – Moçambique (CEAN – Bordeaux).
[8] Painel moderado por Michael Cashman (EU MP) e composto por Dale McKinley – África do Sul (Indaba Social Movements), Henning Melber – Namibia (Dag Hammarksjold Foundation), Leo Zeilig – DRC (University of the Witwatersrand), Steve Kibble - Zimbabwe (Crisis in Zimbabwe Coalition).
[9] Painel moderado por Rosário Advirta (Chistian Aid) e integrado por Carlos Figueiredo – Angola (ADRA), Nuno Vidal – Angola (FEUC/CES), Maliana Marcelino Serrano & Hilde van Dijkhorst - Angola (Wageningen University).
[10] Painel moderado por Thijs Berman (EU MP) e composto pelo representante do Banco Mundial, Alfredo Teixeira (UNDP - Angola), Anacleta Pereira (Consultora Independente) e Bob van der Winden (BWsupport)

A estrutura da obra espelha os objectivos expostos, começando por uma introdução geral ao tema, analisando as transições políticas e a sociedade civil em África na perspectiva de Patrick Chabal, académico de renome mundial na área dos Estudos Africanos, estruturando-se seguidamente em 3 capítulos, dois dedicados a Angola e o terceiro a diversos países da África Austral.

O primeiro capítulo analisa o caso Angolano sob o prisma das articulações que se estabelecem entre a organização político-económica e social interna e a dimensão internacional ou externa nas suas diversas vertentes e actores. O capítulo é composto por textos de autores que vêm há muito estudando e trabalhando sobre a realidade Angolana. David Sogge, Bob van der Winden e René Roersma são conhecidos consultores com diversos relatórios e artigos publicados sobre Angola, tendo trabalhado para diversas organizações internacionais, não só em Angola como em vários outros países Africanos. Kristin Reed e Maliana Marcelino Serrano são académicas cujas recentes teses de doutoramento dedicadas a Angola constituem trabalhos de grande importância e impacto, fruto de intensas pesquisas de campo em zonas do país ainda pouco estudadas.

O segundo capítulo aborda o caso Angolano essencialmente a partir das relações internas de poder, embora pontualmente se refiram também a aspectos das relações externas. Trata-se de uma visão profundamente marcada pelas experiências dos seus autores, todos eles com um longo percurso de activismo cívico-político em organizações da sociedade civil angolana, embora nalguns casos juntem a essa actividade o facto de serem também académicos de referência em Angola, tal como é o caso de Justino Pinto de Andrade (habitual comentador e analista político de vários jornais e da rádio Ecclesia, para além de director e professor da faculdade de economia da Universidade Católica de Angola) e Fernando Macedo (ex-presidente da Associação Justiça Paz e Democracia e professor da Universidade Lusíada de Angola e da Universidade Agostinho Neto). Fernando Pacheco é um conhecido analista da sociedade civil, com inúmeros trabalhos publicados nesta área, com uma vasta experiência de trabalho junto de comunidades rurais, sendo membro fundador e presidente durante vários anos da ADRA - Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente, a maior ONG Angolana, constituindo uma referência a nível interno e externo. Sérgio Calundungo e Carlos Figueiredo são igualmente membros proeminentes da ADRA e ambos com um vasto percurso de trabalho em ONGs internacionais e junto das comunidades rurais e peri-urbanas, participantes regulares em *fora* de opinião nacionais e internacionais sobre Angola, ambos com publicações regulares nesta área. Benjamim Castello é membro da Angola Jubileu 2000, quadro do Ministério da Agricultura com um já longo currículo de trabalho em ONGs nacionais e internacionais e de activismo cívico com inúmeras participações em reuniões nacionais, regionais e internacionais sobre desenvolvimento e sociedade civil em África. Michael Comerford fez o seu doutoramento sobre o papel das Igrejas na resolução do conflito em Angola, tendo também um vasto percurso enquanto membro de ONGs a actuarem no país e na região Austral, profundo conhecedor da realidade social Angolana e das populações mais pobres na sua relação com as diversas Igrejas.

O terceiro e último capítulo, dedicado ao contexto da África Austral, apresenta uma análise de diversos países da região por parte de especialistas que, na maioria dos casos, seguem a regra geral de juntarem um percurso de activismo cívico com trabalho de investigação académica. Dale McKinley, para além de um doutoramento em ciência política, é um empenhado activista nos *Indaba Social Movements* da África do Sul, estando envolvido em diversas acções cívico-políticas nos bairros pobres de Joanesburgo e com inúmeras publicações académicas e de intervenção dentro e fora da África do Sul. Henning Melber pertenceu à SWAPO da Namíbia durante a fase da luta de libertação, sendo também doutorado em ciência política com inúmeras publicações académicas dedicadas à análise da realidade política da Namíbia no pós-independência. Manuel de Araújo e Raúl Chambote são dois académicos Moçambicanos, membros do Centro de Estudos Moçambicanos e Internacionais e actualmente em fase de conclusão das suas teses de doutoramento em Londres sobre a realidade social e política Moçambicana contemporânea, para além de que Manuel Araújo tem igualmente um percurso político enquanto deputado da FRELIMO. Leo Zeilig é um investigador na Universidade de Witwatersrand e no Centro para a Pesquisa Sociológica em Joanesburgo, a sua pesquisa tem incidido sobre os processos de transição na República Democrática do Congo. Elinor Sisulu, Pascal Richard e Steve Kibble escrevem o texto sobre o Zimbabwe e o seu trabalho é a expressão da fusão, num mesmo texto, da opinião de três activistas com percursos diferentes, que se juntaram na *Crisis in Zimbabwe Coalition*, uma aliança internacional de activistas e organizações preocupados com a defesa dos Direitos Humanos no Zimbabwe. Elinor Sisulu é essencialmente uma activista de Direitos Humanos enquanto Pascal Richard e Steve Kibble têm igualmente um percurso académico, embora actualmente estejam igualmente envolvidos na área do activismo cívico-político. Os três são presenças habituais em encontros regionais e internacionais que discutem estas matérias, para além de várias acções de advocacia dos Direitos Humanos dentro e fora de África.